



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LUAN HENRIQUE DOS SANTOS COSTA

**PERESTROIKA E GLASNOST: REFORMAS DE GORBATCHEV E O FIM DO
REGIME SOVIÉTICO (1985-1991):**
uma análise histórica sob a perspectiva marxista

JOÃO PESSOA – PB

2025

LUAN HENRIQUE DOS SANTOS COSTA

**PERESTROIKA E GLASNOST: REFORMAS DE GORBATCHEV E O FIM DO
REGIME SOVIÉTICO (1985-1991):**

uma análise histórica sob a perspectiva marxista

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado(a) em História.

Orientador: Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa

JOÃO PESSOA – PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838p Costa, Luan Henrique dos Santos.

Perestroika e Glasnost : reformas de Gorbatchev e o fim do regime soviético (1985-1991) : uma análise histórica sob a perspectiva marxista / Luan Henrique dos Santos Costa. - João Pessoa, 2025.
60 f.

Orientador : José Jonas Duarte da Costa.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2025.

1. Perestroika. 2. Glasnost. 3. Restauração capitalista. 4. Burocracia soviética. I. Costa, José Jonas Duarte da. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 94

RESUMO

O presente trabalho analisa as reformas implementadas por Mikhail Gorbachev na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) entre 1985 e 1991, investigando como a Perestroika e a Glasnost representaram não uma tentativa de renovação socialista, mas um mecanismo por meio do qual a burocracia soviética operou sua transformação em nova classe capitalista, completando o processo de restauração burguesa na URSS. Utilizando o materialismo histórico-dialético como metodologia fundamental, a pesquisa examina as contradições estruturais do sistema soviético burocratizado que tornaram inevitável sua crise terminal, aplicando as categorias teóricas marxistas de análise de classe, contradições sociais e transições entre modos de produção. Este estudo fundamenta-se primordialmente nos escritos de Marx, Engels, Lenin e Trotsky sobre a transição socialista, complementados pelas contribuições de Ernest Mandel e Antonio Gramsci. A análise processual acompanha três fases distintas: o período inicial das reformas (1985-1987), caracterizado pela criação das condições jurídicas e econômicas para a transição; a radicalização restauracionista (1987-1989), marcada pela aceleração da descentralização econômica e liberalização política; e a consumação da contrarrevolução burguesa (1989-1991), culminando com o colapso da URSS. Os resultados demonstram que as reformas gorbachovianas constituíram instrumentos de transformismo gramsciano, através dos quais a burocracia apresentou a restauração capitalista como modernização socialista, utilizando a Glasnost para deslegitimar ideologicamente o socialismo e a Perestroika para introduzir relações de mercado incompatíveis com a planificação central. A pesquisa confirma empiricamente as previsões de Trotsky, em "A Revolução Traída", sobre o destino da burocracia soviética, validando a superioridade da análise marxista sobre as teorias burguesas de transição democrática. Conclui-se que o colapso soviético não representa uma falência do socialismo genuíno, mas demonstra os perigos da burocratização dos Estados Operários e oferece lições fundamentais sobre a necessidade do controle democrático operário para qualquer processo revolucionário contemporâneo.

Palavras-chave: Perestroika; Glasnost; Restauração capitalista; Burocracia soviética.

ABSTRACT

This study analyzes the reforms implemented by Mikhail Gorbachev in the Union of Soviet Socialist Republics (USSR) between 1985 and 1991, investigating how Perestroika and Glasnost represented not an attempt at socialist renewal, but rather a mechanism through which the Soviet bureaucracy transformed itself into a new capitalist class, completing the process of bourgeois restoration in the USSR. Employing historical-dialectical materialism as the fundamental methodology, the research examines the structural contradictions of the bureaucratized Soviet system that rendered its terminal crisis inevitable, applying Marxist theoretical categories of class analysis, social contradictions, and transitions between modes of production. The study primarily draws on the writings of Marx, Engels, Lenin, and Trotsky on socialist transition, complemented by the contributions of Ernest Mandel and Antonio Gramsci. The processual analysis follows three distinct phases: the initial reform period (1985–1987), characterized by the creation of legal and economic conditions for transition; the restorationist radicalization (1987–1989), marked by the acceleration of economic decentralization and political liberalization; and the consummation of the bourgeois counterrevolution (1989–1991), culminating in the collapse of the USSR. The results demonstrate that Gorbachev's reforms functioned as instruments of Gramscian transformism, through which the bureaucracy presented capitalist restoration as socialist modernization, employing Glasnost to ideologically delegitimize socialism and Perestroika to introduce market relations incompatible with central planning. The research empirically confirms Trotsky's predictions in *The Revolution Betrayed* regarding the fate of the Soviet bureaucracy, validating the superiority of Marxist analysis over bourgeois theories of democratic transition. It is concluded that the Soviet collapse does not represent a failure of genuine socialism, but rather highlights the dangers of bureaucratization in workers' states and provides fundamental lessons on the necessity of workers' democratic control for any contemporary revolutionary process.

Keywords: Perestroika; Glasnost; Capitalist restoration; Soviet bureaucracy.

SUMÁRIO	PÁGINA
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	6
1.2 Problema de Pesquisa	7
1.3 Objetivos	7
<i>1.3.1 Geral</i>	<i>7</i>
<i>1.3.2 Específicos</i>	<i>8</i>
1.4 Justificativa	8
1.5 Procedimentos metodológicos	9
1.6 Estrutura do trabalho	9
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONTEXTO DAS REFORMAS GORBATCHOVIANAS	10
2.1 Materialismo histórico e transições entre modos de produção	10
<i>2.1.1 A Teoria da Degeneração Burocrática e Restauração Capitalista</i>	<i>11</i>
<i>2.1.2 Lenin e as contradições da Transição Socialista</i>	<i>11</i>
<i>2.1.3 A Questão Nacional e o Imperialismo na análise marxista</i>	<i>12</i>
<i>2.1.4 Contradições econômicas: Planificação e Lei do Valor</i>	<i>12</i>
<i>2.1.5 A análise gramsciana da Hegemonia e do Transformismo</i>	<i>13</i>
<i>2.1.6 Imperialismo e pressão externa na análise marxista</i>	<i>13</i>
<i>2.1.7 Síntese: A Natureza de Classe das reformas gorbatchovianas</i>	<i>14</i>
2.2 As contradições do Socialismo burocratizado (1964-1985)	14
<i>2.2.1 A herança stalinista e a consolidação da Dominação Burocrática</i>	<i>14</i>
<i>2.2.2 As contradições da Planificação Burocrática</i>	<i>15</i>
2.3 A questão tecnológica e o atraso relativo.....	16
2.4 Contradições sociais e a emergência de uma "Classe Média" Burocrática.....	17
2.5 A crise da ideologia e o esgotamento da legitimidade	18
2.6 Pressões externas e a questão da Guerra Fria	19
2.7 Síntese: As condições da crise terminal	20
3. O INÍCIO DA RESTAURAÇÃO CAPITALISTA: O PROJETO REFORMISTA DE GORBATCHOV (1985-1987)	20
3.1 A ascensão de Gorbatchov e a fração "modernizadora" da Burocracia.....	21
3.2 A Perestroika inicial: modernização ou restauração?.....	23
3.3 Glasnost: transparência ou deslegitimação ideológica?	24
3.4 Resistências conservadoras e contradições internas da Burocracia.....	25
3.5 Impactos econômicos das reformas iniciais	26
3.6 Transformações na política externa: "Novo Pensamento" ou Capitulação?.....	27
3.7 Reações sociais: entre esperança reformista e ceticismo popular.....	28
3.8 A lógica interna da restauração: primeira fase.....	29
4. A RADICALIZAÇÃO RESTAURACIONISTA: A SEGUNDA FASE DAS REFORMAS (1987-1989)	30
4.1 A XIX Conferência do PCUS e a guinada política decisiva	30
4.2 A Aceleração da Descentralização Econômica	31
4.3 A liberalização política e o despertar das forças centrífugas	32
4.4 As Transformações na Estrutura de Classes	33
4.5 O colapso da Planificação Central	35
4.6 A emergência dos movimentos nacionalistas	36
4.7 A crise social e o despertar da resistência operária	37

4.8 As transformações na política externa: capitulação estratégica.....	38
4.9 A lógica interna da radicalização: preparando a transição final	38
5. A CONSUMAÇÃO DA CONTRARREVOLUÇÃO BURGUESA (1989-1991)	40
5.1 A desintegração terminal da Planificação Central (1989-1990)	40
5.2 A Crise Final do Sistema Político Soviético (1990-1991)	40
5.3 O colapso final e a liquidação da URSS (dezembro de 1991).....	41
5.4 A caracterização marxista do processo: contrarrevolução burguesa.....	43
5.5 Síntese: a confirmação das previsões trotskistas	44
6. ANÁLISE MARXISTA: REFORMAS E RESTAURAÇÃO CAPITALISTA.....	44
6.1 As Reformas como Revolução Passiva	45
6.1.1 Tentativa de Modernização Conservadora	45
6.1.2 Transformismo da Burocracia em Burguesia	46
6.1.3 Ausência de protagonismo popular efetivo	46
6.2 Contradições dialéticas do processo	47
6.2.1 Reformas como negação da negação	47
6.2.2 Luta entre tendências socialistas e capitalistas	48
6.2.3 Vitória da restauração capitalista	49
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
7.1 Síntese da análise histórica	50
7.1.1 Confirmação da hipótese central	50
7.1.2 Reformas como catalisadores da crise terminal	51
7.1.3 Papel determinante das contradições interna	51
7.2 Lições históricas	52
7.2.1 Limites das reformas "pelo alto"	52
7.2.2 Importância da participação popular nas transformações	53
7.2.3 Reflexões sobre a transição socialista	54
BIBLIOGRAFIA	56

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesta seção, trazemos algumas considerações sobre o cenário em que as políticas de reestruturação e transparência emergiram como ferramentas para deslegitimar e distanciar a proposta central do socialismo. Apresentamos, também, a questão-problema que orienta a nossa pesquisa, os objetivos que pretendemos atingir, os procedimentos metodológicos adotados e os motivos que justificam a relevância deste trabalho.

1.1 Contextualização histórica

O período compreendido entre 1985 e 1991 representa o desfecho de contradições estruturais que se acumularam no sistema soviético ao longo de décadas de dominação burocrática. A ascensão de Mikhail Gorbatchev à liderança do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em março de 1985, não inaugurou uma era de "democratização" do socialismo, como frequentemente interpretado pela historiografia liberal, mas sim o início da fase final de um processo de restauração capitalista que havia se gestado nas próprias entranhas da burocracia soviética.

As políticas da Perestroika (reestruturação) e da Glasnost (transparência), longe de constituírem tentativas genuínas de revitalização socialista, representaram instrumentos através dos quais a casta burocrática dominante buscou transformar seus privilégios políticos em propriedade privada dos meios de produção. Conforme já havia previsto Leon Trotsky (1936), em "A Revolução Traída", a burocracia soviética enfrentava uma alternativa histórica inevitável: ou seria varrida por uma revolução política da classe trabalhadora, ou se transformaria em nova burguesia através da restauração capitalista.

O contexto que antecipou essas reformas deve ser compreendido não como uma simples "crise de eficiência" do sistema planificado, mas como manifestação das contradições fundamentais de um Estado operário degenerado burocraticamente. Conforme demonstra Ernest Mandel (1962), a estagnação econômica dos anos 1970-1980, interpretada pela análise burguesa como "falência do socialismo", revelava, na verdade, os limites históricos da dominação burocrática, que havia se tornado um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas soviéticas.

A sucessão gerontocrática de Leonid Brejnev, Yuri Andropov e Konstantin Chernenko simbolizou não apenas o esgotamento físico da liderança soviética, mas fundamentalmente a crise terminal de um sistema que havia substituído a ditadura do proletariado pela ditadura da burocracia sobre o proletariado, invertendo completamente os objetivos da Revolução de

Outubro. Como alertou Lenin (1922-1923) em seus últimos escritos, a burocratização do aparelho estatal soviético representava uma ameaça mortal aos princípios socialistas.

1.2 Problema de Pesquisa

O problema central que orienta esta pesquisa, fundamentado na análise materialista-histórica, pode ser formulado nos seguintes termos: *Como as reformas da Perestroika e Glasnost representaram não uma tentativa de renovação socialista, mas sim o mecanismo através do qual a burocracia soviética operou sua transformação em nova classe capitalista, completando assim o processo de restauração burguesa na URSS?*

Esta formulação implica o abandono das interpretações liberais que apresentam o colapso soviético como "vitória da democracia" ou resultado de pressões externas da Guerra Fria. Pelo contrário, a análise marxista demonstra que foram as próprias contradições internas do sistema burocratizado que tornaram inevitável sua transformação em capitalismo aberto.

A relevância deste problema reside na necessidade de compreender a natureza de classe das transformações ocorridas na URSS, estabelecendo uma distinção entre o socialismo genuíno, baseado no controle democrático dos trabalhadores, e a caricatura burocrática que se desenvolveu sob Stalin e seus sucessores. Esta distinção é fundamental para extrair as lições históricas adequadas sobre as possibilidades e limites da construção socialista.

1.3 Objetivos

Neste subtópico, apresentamos os objetivos que nortearam a pesquisa: primeiramente, o objetivo geral, que sintetiza a proposta central de análise. Em seguida, os objetivos específicos, que detalham as etapas necessárias para o alcance do objetivo geral.

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar historicamente as reformas gorbatchovianas como expressão das contradições da dominação burocrática na URSS, demonstrando como elas representaram não uma democratização do socialismo, mas sim o mecanismo de transição controlada para a restauração capitalista, a fim de confirmar as previsões da análise marxista ortodoxa sobre o destino dos Estados Operários burocraticamente degenerados.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral que norteia a nossa pesquisa, precisaremos, especificamente:

- a) examinar as contradições estruturais do sistema soviético burocratizado que tornaram inevitável sua crise terminal, aplicando as categorias do materialismo histórico-dialético;
- b) analisar como a Perestroika e a Glasnost constituíram instrumentos de transformismo gramsciano, através dos quais a burocracia apresentou a restauração capitalista como "modernização socialista";
- c) investigar as diferentes frações da burocracia soviética e suas estratégias durante o processo de transição, identificando como as contradições internas da casta dominante aceleraram o colapso do sistema;
- d) demonstrar como a questão nacional, tratada de forma burocrática e não-leninista pela URSS, tornou-se um fator de desagregação quando a Glasnost permitiu a expressão dos sentimentos nacionais represados;
- e) avaliar o papel das pressões imperialistas externas como fator secundário que agravou contradições internas preexistentes, sem constituir a causa fundamental do colapso soviético.

1.4 Justificativa

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade urgente de uma releitura marxista dos acontecimentos que levaram ao fim da URSS, em contraposição às versões apologéticas do capitalismo que predominam na historiografia ocidental. O colapso soviético tem sido sistematicamente apresentado como "prova" da inviabilidade do socialismo, quando, na verdade, demonstra apenas os perigos da burocratização dos Estados operários.

Esta pesquisa visa contribuir para a restauração da perspectiva marxista ortodoxa sobre a experiência soviética, demonstrando que o sistema que entrou em colapso em 1991 há muito havia deixado de ser socialista em qualquer sentido genuíno do termo. A análise das reformas gorbachovianas como processo de restauração capitalista é fundamental para entender as transformações contemporâneas na Rússia e demais ex-repúblicas soviéticas.

Do ponto de vista teórico, este trabalho busca validar empiricamente as previsões de Trotsky sobre o destino da burocracia soviética, demonstrando a superioridade da análise marxista sobre as teorias burguesas de "transição democrática". A experiência soviética oferece

lições cruciais para os processos revolucionários contemporâneos, particularmente sobre os perigos da burocratização e a necessidade do controle democrático operário.

1.5 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa adota como metodologia fundamental o materialismo histórico-dialético, aplicando as categorias marxistas de análise de classe, contradições sociais e transições entre modos de produção. O método privilegia a análise das contradições internas do sistema soviético, identificando as leis objetivas que passaram a determinar sua evolução e colapso.

A abordagem teórica fundamenta-se primordialmente nos escritos de Marx, Engels, Lenin e Trotsky sobre a transição socialista, a questão do Estado e os perigos da burocratização. Complementarmente, utilizam-se as contribuições de marxistas contemporâneos como Ernest Mandel sobre as contradições da economia soviética e Antonio Gramsci sobre hegemonia e transformismo.

A análise processual acompanha a dinâmica das contradições de classe durante o período estudado, identificando como a burocracia soviética operou sua transformação de casta privilegiada em nova burguesia. O método dialético permite compreender como as reformas gorbachovianas, ao tentarem resolver certas contradições do sistema, acabaram por aprofundar outras, precipitando o colapso final. Conforme observa Isaac Deutscher (1967), a burocracia soviética enfrentava pressões crescentes tanto das classes trabalhadoras quanto do capitalismo mundial, situação que a forçava a buscar soluções que inevitavelmente ameaçavam sua própria existência enquanto casta dirigente.

As fontes primárias incluem documentos oficiais do PCUS, discursos de Gorbachov e depoimentos de protagonistas do período, analisados criticamente à luz da teoria marxista. As fontes secundárias compreendem a bibliografia marxista sobre a URSS, privilegiando autores que mantiveram uma perspectiva revolucionária em oposição tanto ao stalinismo quanto ao liberalismo.

1.6 Estrutura do trabalho

Este trabalho está organizado em sete seções. Nesta primeira, tecemos algumas considerações iniciais sobre as reformas de Gorbachev e os impactos causados por elas na URSS.

Na segunda e terceira seção, apresentamos os fundamentos teóricos que embasaram a elaboração das nossas análises. Nestas, fazemos uma revisão da fundamentação teórica marxista, discutindo as categorias do materialismo histórico aplicáveis à análise da degeneração burocrática e restauração capitalista.

Nas seções quatro, cinco e seis, destinadas à análise, apresentamos o início da restauração capitalista sob Gorbatchov (1985-1987), a aceleração do processo através da radicalização das reformas (1987-1989) e a consumação da contrarrevolução burguesa (1989-1991). E, em seguida, relacionamos as reformas ao processo de mudança de classe social.

Na sétima e última seção deste trabalho, tecemos as considerações finais acerca das análises empreendidas, estabelecendo pontos de reflexão para a luta socialista contemporânea.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONTEXTO DAS REFORMAS GORBATCHOVIANAS

Nesta seção, reunimos os aportes teóricos necessários para a compreensão das reformas políticas gorbatchovianas e o colapso soviético. Abordam-se os fundamentos do materialismo histórico, a teoria da degeneração burocrática de Trotsky, as contribuições de Lenin e Gramsci, além das contradições econômicas, nacionais e externas.

2.1 Materialismo histórico e transições entre modos de produção

A análise das reformas gorbatchovianas e do declínio soviético deve ser fundamentada nos princípios do materialismo histórico-dialético, que oferece as categorias teóricas necessárias para compreender as contradições internas que levaram à crise final do sistema socialista na URSS. Conforme estabelecido por Karl Marx e Friedrich Engels no "Manifesto do Partido Comunista" e em "A Ideologia Alemã", a história da humanidade é a história da luta de classes, e as transformações sociais fundamentais resultam das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção (Marx; Engels, 1846; Marx; Engels, 1848).

Marx (1875), alertou para os perigos da burocratização durante o período de transição socialista, enfatizando que o Estado proletário deveria definhar progressivamente até sua extinção completa. A experiência soviética demonstrou que, ao contrário, ocorreu um fortalecimento extraordinário do aparelho estatal, criando condições para a emergência de uma burocracia que se apropriou dos meios de produção de forma coletiva, constituindo-se como uma nova classe exploradora.

A teoria marxista-leninista da construção socialista, codificada nos trabalhos de Vladimir Lenin (1917), particularmente em "O Estado e a Revolução", estabelece que a ditadura do proletariado é uma fase necessária na transição do capitalismo ao comunismo. No entanto, na URSS, esta ditadura do proletariado foi gradualmente substituída pela ditadura da burocracia sobre o proletariado, invertendo completamente o processo revolucionário originalmente previsto.

2.1.1 A Teoria da Degeneração Burocrática e Restauração Capitalista

Leon Trotsky (1936), forneceu a análise marxista mais penetrante sobre as contradições do sistema soviético, identificando a burocratização como o processo fundamental que desvirtuou os objetivos socialistas da Revolução de Outubro. Segundo o autor, a burocracia soviética constituía uma casta privilegiada que, embora não possuísse juridicamente os meios de produção, deles se apropriaram através do controle do aparelho estatal.

Trotsky (1936) previu que essa situação era insustentável a longo prazo: ou a classe trabalhadora retomaria o controle político através de uma revolução política que varreria a burocracia, ou esta última se transformaria em uma nova burguesia através da restauração da propriedade privada capitalista. A experiência histórica confirmou a segunda alternativa, demonstrando a precisão da análise trotskista.

A análise trotskista é fundamental para compreender por que as reformas gorbachovianas eram estruturalmente impossíveis. A Perestroika representou uma tentativa da própria burocracia de modernizar sua dominação, mas qualquer reforma efetiva do sistema ameaçaria necessariamente os privilégios burocráticos. Diante dessa contradição insolúvel, a ala mais consciente da burocracia optou pela restauração capitalista como forma de transformar seus privilégios políticos em propriedade privada dos meios de produção.

2.1.2 Lenin e as contradições da Transição Socialista

A obra de Vladimir Lenin oferece elementos teóricos cruciais para compreender tanto as conquistas iniciais da experiência soviética quanto suas contradições posteriores. Em "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo", Lenin (1916) demonstrou que o capitalismo monopolista havia criado as condições materiais para a transição socialista. No entanto, a construção do socialismo em um país atrasado, sob a ótica do modelo capitalista, como a Rússia criou contradições específicas que não haviam sido previstas na teoria marxista clássica.

Lenin (1922-1923), em seus últimos escritos, particularmente no "Testamento", manifestou crescente preocupação com a burocratização do aparelho estatal soviético e com o crescimento do poder pessoal de Stalin. Suas propostas de reforma do aparelho partidário e estatal visavam precisamente combater essas tendências burocráticas, mas sua morte prematura impediu a implementação dessas medidas.

A experiência histórica demonstrou que as contradições identificadas por Lenin no período final de sua vida se aprofundaram durante as décadas seguintes, criando as condições para a degeneração analisada por Trotsky. As reformas gorbatchovianas representaram, nesse sentido, o resultado lógico de um processo de burocratização que havia se desenvolvido ao longo de mais de meio século.

2.1.3 A Questão Nacional e o Imperialismo na análise marxista

A teoria marxista-leninista sobre a questão nacional oferece elementos fundamentais para compreender a desintegração da URSS. Lenin (1914), em "O Direito das Nações à Autodeterminação", estabeleceu que o movimento operário deve apoiar o direito de autodeterminação dos povos oprimidos como forma de unificar a luta contra o imperialismo.

No entanto, a política nacionalitária soviética, embora formalmente baseada nos princípios leninistas, desenvolveu-se de forma contraditória. Por um lado, promoveu o desenvolvimento econômico e cultural das nacionalidades não-russas; por outro, manteve um controle político centralizado que reproduzia, sob formas socialistas, elementos da opressão nacional do período czarista.

Stalin (1913), havia desenvolvido uma concepção mais restritiva do direito de autodeterminação, subordinando-o completamente aos interesses da construção socialista. Esta concepção predominou na prática soviética, criando contradições que se manifestaram dramaticamente durante a Glasnost, quando a liberalização política permitiu a expressão dos sentimentos nacionais represados durante décadas.

2.1.4 Contradições econômicas: Planificação e Lei do Valor

A análise marxista das contradições econômicas do sistema soviético deve partir da teoria do valor elaborada por Marx no "Capital". Marx (1867) demonstrou que a lei do valor opera em todas as sociedades baseadas na produção mercantil, e que sua superação completa só seria possível na fase superior do comunismo.

Na URSS, embora a propriedade privada dos meios de produção tivesse sido abolida, a produção mantinha características mercantis que impediam a superação completa da lei do valor. A planificação centralizada burocrática, ao invés de representar uma forma superior de organização econômica, constituía uma deformação que gerava desperdícios massivos de recursos e impedia o desenvolvimento pleno das forças produtivas.

Ernest Mandel (1962), analisou as contradições específicas da economia soviética, demonstrando que a ausência de controle operário direto sobre a produção impedia a realização plena das potencialidades da planificação socialista. A Perestroika, ao tentar introduzir mecanismos de mercado sem alterar a estrutura burocrática fundamental, apenas agravou essas contradições.

2.1.5 A análise gramsciana da Hegemonia e do Transformismo

Antonio Gramsci (2002), em "Cadernos do Cárcere", desenvolveu conceitos que, embora elaborados para a análise das sociedades capitalistas ocidentais, oferecem pensamentos valiosos para compreender a dinâmica da dominação burocrática na URSS.

O conceito gramsciano de transformismo é particularmente relevante para analisar como a burocracia soviética conseguiu se reinventar como nova classe capitalista durante o processo de transição. Gramsci (2002) utilizou esse termo para descrever a capacidade das classes dominantes de cooptar elementos das classes subalternas, neutralizando assim o potencial revolucionário destas últimas.

No caso soviético, o transformismo manifestou-se na capacidade da burocracia de apresentar a restauração capitalista como uma "modernização" necessária do socialismo, cooptando inclusive setores de intelectuais que inicialmente apoiaram as reformas com objetivos democratizantes.

2.1.6 Imperialismo e pressão externa na análise marxista

A análise marxista deve considerar também o papel das pressões imperialistas externas no colapso soviético, sem, no entanto, subestimar a primazia das contradições internas. Lenin (1916) havia demonstrado que o imperialismo representa a fase monopolista e parasitária do capitalismo, caracterizada pela exportação de capitais e pela divisão do mundo entre as potências imperialistas.

Durante a Guerra Fria, o imperialismo americano desenvolveu uma estratégia sistemática de pressão econômica, militar e ideológica contra a URSS, visando provocar sua desintegração interna. A corrida armamentista, em particular, impôs custos enormes à economia soviética, agravando suas contradições estruturais. No entanto, conforme a análise marxista ortodoxa, as pressões externas só puderam ser eficazes devido à existência de contradições internas fundamentais.

2.1.7 Síntese: A Natureza de Classe das reformas gorbatchovianas

A fundamentação teórica marxista permite compreender as reformas gorbatchovianas como uma tentativa da burocracia soviética de resolver suas contradições internas através da transição controlada para o capitalismo. Essas reformas não representaram, portanto, uma democratização do socialismo, mas sim o início da restauração capitalista.

A Glasnost e a Perestroika constituíram instrumentos através dos quais a burocracia preparou as condições ideológicas e econômicas para sua transformação em nova burguesia. O colapso da URSS não foi um acidente histórico, mas o resultado lógico das contradições geradas pela dominação burocrática ao longo de décadas.

Esta análise teórica fornece as bases para examinar, nas seções seguintes, como essas contradições se manifestaram concretamente no processo histórico das reformas, desde suas origens na crise do socialismo tardio até o colapso final do sistema soviético.

2.2 As contradições do Socialismo burocratizado (1964-1985)

Este tópico aborda o fortalecimento da burocracia soviética entre 1964 e 1985, período marcado pela estagnação econômica e política. Discute-se a consolidação de uma aristocracia burocrática, a ineficiência da planificação centralizada e o avanço da economia paralela. Essas contradições internas explicam o esgotamento do modelo e preparam o terreno para as reformas gorbatchovianas.

2.2.1 A herança stalinista e a consolidação da Dominação Burocrática

O período que antecedeu as reformas gorbatchovianas caracterizou-se pela plena consolidação do que Trotsky chamou de um Estado operário degenerado, onde a burocracia se transformou em casta parasita, apropriando-se coletivamente dos meios de produção através do controle do aparelho estatal. A elevação de Leonid Brejnev ao poder em 1964, após a deposição de Nikita Khrushchev, representou não apenas uma mudança de liderança, mas a vitória

definitiva da fração mais conservadora da burocracia soviética, que tinha por objetivo estabilizar e perdurar seus privilégios através da estagnação do sistema.

Como observou Moshe Lewin:

"No caso soviético, era a burocracia que, em última análise, adquiriu coletivamente um poder que não podia ser dividido nem desafiado. "absolutismo burocrático" - um parente do velho "despotismo agrário" - era muito mais moderno do que os Czares ou de Stalin. Mas pertencia à mesma espécie, principalmente quando consideramos o controle da população pelo estado" (Lewin, 2007, p. 461).

Essa transformação aparentemente "modernizada" na forma de controle do regime ocultava, na verdade, o aprofundamento das contradições estruturais do sistema, que deixava de se renovar através do terror para se cristalizar numa gerontocracia parasitária controlada através de burocratas.

A política de "estabilidade de quadros" executada por Brejnev significou, na prática, o remodelamento da burocracia numa casta hereditária de facto, embora não de jure. Os filhos dos dirigentes partidários e estatais passaram a ter acesso privilegiado às universidades de elite, aos postos de responsabilidade no aparelho estatal e aos bens de consumo ocidentais, criando uma verdadeira aristocracia burocrática que reproduzia, sob formas "socialistas", os mecanismos de reprodução social das classes dominantes capitalistas (Voslensky, 1980). A Aristocracia burocrática ficou exposta em números que mostram 78% dos filhos da nomenclatura ingressaram em universidades de elite (vs. 12% dos operários), já 65% dos membros do Comitê Central permaneciam no cargo por mais de 15 anos.

Esta solidificação da dominação burocrática teve consequências devastadoras para o desenvolvimento das forças produtivas soviéticas. Como demonstra Alec Nove (1989), a ausência de controle democrático dos produtores sobre o processo produtivo, combinada com a burocratização crescente da planificação, gerou um sistema de desperdícios monumentais que impediu a URSS de aproveitar plenamente suas vantagens em recursos naturais e força de trabalho qualificada.

2.2.2 As contradições da Planificação Burocrática

A análise marxista das contradições econômicas do sistema soviético deve partir do entendimento de que a planificação burocrática representa uma deformação da planificação socialista genuína, baseada no controle democrático dos trabalhadores. A economia soviética tornou-se um paradoxo vivo. Na URSS, o controle democrático foi substituído pelo comando

burocrático, exercido através de uma complexa hierarquia administrativa que separava radicalmente os produtores das decisões sobre produção. Ernest Mandel (1962), demonstrou que esta separação reintroduziu, sob formas planificadas, elementos da alienação capitalista, impedindo a realização plena das potencialidades da economia socializada.

O sistema de planificação central criado sob Stalin e continuado durante a era Brejnev era constituído por uma contradição fundamental: por um lado, eliminava a anarquia da produção capitalista através da coordenação central; por outro, reintroduzia elementos de irracionalidade através da burocratização do processo de tomada de decisões. Os planos quinquenais elaborados pelo Gosplan (Comitê Estatal de Planejamento) eram por vezes baseados em informações deturpadas fornecidas pelos próprios executores, criando um círculo vicioso de metas irreais e cumprimento fictício.

A falta de dispositivos democráticos de controle operário permitiu o desenvolvimento de práticas corruptas generalizadas no aparelho de planificação. Os dirigentes das empresas estatais, pressionados a cumprir metas quantitativas independentemente da qualidade ou utilidade social dos produtos, desenvolveram estratégias de manipulação das estatísticas que camuflavam a crescente ineficiência do sistema. Como observa Gregory Grossman (1977), paralelamente à economia oficial desenvolveu-se uma vasta "segunda economia" baseada na troca de favores, suborno e produção ilegal, que corroía por dentro as estruturas da planificação. Estudos revelam que 20% do PIB soviético circulava no mercado clandestino nos anos 1970, além de que 60% da população recorria regularmente a esquemas paralelos.

Essa situação agravou-se tragicamente durante os anos 1970, quando a economia soviética começou a apresentar sinais evidentes de desaceleração. A taxa de crescimento do PIB, que havia sido de 5,2% anuais durante a década de 1960, caiu para 3,7% nos anos 1970 e apenas 2,0% no início dos anos 1980 (CIA, 1988). Nesse sentido, a desaceleração não pode ser compreendida simplesmente por fatores conjunturais, mas refletia as contradições estruturais de um sistema que havia esgotado suas possibilidades de desenvolvimento extensivo sem conseguir realizar a transição para o crescimento intensivo baseado no progresso tecnológico.

2.3 A questão tecnológica e o atraso relativo

Uma das demonstrações mais evidentes das contradições do sistema burocrático foi sua inaptidão de acompanhar a revolução tecnológica que se desenvolvia nos países capitalistas avançados durante as décadas de 1970 e 1980. Embora a URSS mantivesse paridade ou mesmo

superioridade em alguns setores estratégicos como o espacial e o militar, apresentava um atraso crescente em tecnologias civis, particularmente na informática e nas telecomunicações.

Este atraso tecnológico não era motivado por limitações materiais ou humanas, tendo em vista que a URSS possuía abundantes recursos naturais e um sistema educacional que produzia engenheiros e cientistas em quantidade e qualidade comparáveis aos países ocidentais. Conforme Mandel bem analisa:

“Ainda um outro elemento encorajou a procura de reformas: o crescente atraso tecnológico em relação à terceira revolução tecnológica da economia capitalista, atraso derivado de um sistema de estimulantes materiais à burocracia, que desencorajou a experimentação e a inovações tecnológicas. A forma desses estimulantes foi desde então modificada” (Mandel, 1982, p. 90).

As causas eram estruturais e tinham origem nas próprias características da dominação burocrática. O paradoxo tecnológico soviético era gritante. Enquanto lançavam Sputnik ao espaço, fabricavam eletrodomésticos obsoletos para a época. O sistema soviético, naquele momento, dava prioridade sistematicamente às aplicações militares da tecnologia em detrimento das aplicações civis, criando um desequilíbrio que impedia a difusão do progresso técnico para o conjunto da economia.

A questão da informática é um ponto a se observar dentre as contradições do sistema. Embora matemáticos e ciberneticistas soviéticos tivessem desenvolvido projetos ambiciosos de informatização da economia planificada já nos anos 1960, esses projetos foram sistematicamente sabotados pela própria burocracia, que percebia na descentralização informacional uma ameaça a seu monopólio de controle sobre a informação econômica. A resistência burocrática à informatização não parecia ser acidental, mas refletia o reconhecimento instintivo de que o acesso democrático à informação econômica tornaria evidente a irracionalidade momentânea do sistema e ameaçaria os fundamentos do poder burocrático.

2.4 Contradições sociais e a emergência de uma "Classe Média" Burocrática

O desenvolvimento econômico soviético, apesar de suas limitações, havia criado uma sociedade urbana e educada que começava a desenvolver pretensões de consumo e estilo de vida incompatíveis com as restrições do sistema planificado burocratizado. A emergência de uma classe de intelectuais técnica e cultural crescentemente numerosa criou pressões sociais que a burocracia dirigente mostrou ser incapaz de absorver adequadamente.

A sociedade soviética desenvolveu um duplo padrão revelador. Uma dicotomia passou a ser observada, enquanto o discurso público pregava igualdade os burocratas faziam filas para comprar *jeans* americanos, isso gerou não apenas no ceticismo em relação à ideologia oficial, mas no desenvolvimento de redes informais de troca e consumo que burlavam as limitações do sistema de distribuição estatal. A própria burocracia contribuiu para esse processo através da criação de circuitos privilegiados de consumo para seus membros. As lojas especiais (*spetsmags*), os hospitais exclusivos (*kremlovkas*) e os *resorts* reservados à nomenclatura criaram uma hierarquia de privilégios que reproduzia, sob formas "socialistas", as desigualdades sociais características das sociedades de classe. Essa diferenciação social crescente minou a legitimidade ideológica do sistema, que se baseava oficialmente nos princípios igualitários.

Em paralelo, o acesso crescente aos meios de comunicação ocidentais - através de rádios de ondas curtas, literatura samizdat e contatos pessoais - permitia comparações desfavoráveis entre os padrões de vida soviéticos e ocidentais. Lewin bem observa o que passou a ser o padrão durante a guerra fria: "os EUA tornaram-se o parâmetro de comparação para os soviéticos avaliarem a sua própria performance" (Lewin, 2007, p. 467). Esse processo de comparação aconteceu desde a cúpula da burocracia, até a população no geral que percebia na sua situação um contraste negativo com as imagens do "modo de vida americano", veiculadas pela propaganda ocidental.

2.5 A crise da ideologia e o esgotamento da legitimidade

As contradições materiais do sistema soviético refletiam-se inevitavelmente no plano ideológico, onde se podia observar um processo crescente de desgaste da credibilidade do marxismo-leninismo oficial. Este desgaste não representava necessariamente uma "crise do socialismo" em termos genuínos, mas sim a perda de legitimidade de sua versão burocratizada e dogmatizada. O marxismo-leninismo acabou se tornando um ritual vazio as gerações mais jovens da *intelligentsia* soviética desenvolveram estratégias de "viver vnye" (viver à margem), participando de forma formal dos rituais ideológicos oficiais enquanto construía espaços alternativos de significado cultural e político. A dissociação entre discurso oficial e prática social real criou um vazio ideológico que posteriormente foi preenchido pelas ideias liberais ocidentais.

A própria burocracia havia perdido a fé em sua missão histórica, transformando o marxismo-leninismo num ritual vazio destinado apenas a legitimar formalmente seu domínio.

Como observa Stephen Cohen (1985), a nomenclatura dos anos 80 já não acreditava no comunismo, apenas em seus privilégios. O marxismo se tornou uma língua morta que todos decoravam e ninguém falava, os dirigentes soviéticos dos anos 1970 não eram mais revolucionários que haviam burocratizado, mas burocratas que haviam nascido no aparelho e para os quais a ideologia socialista representava apenas um instrumento de controle social.

Essa crise ideológica manifestou-se nitidamente na falta de capacidade do sistema de produzir respostas convincentes aos desafios teóricos e práticos do desenvolvimento socialista. A estagnação teórica do marxismo-leninismo oficial, reduzido a fórmulas dogmáticas repetidas de forma mecânica, contrastava dramaticamente com o dinamismo intelectual das correntes marxistas ocidentais, que, naquele momento, desenvolviam análises sofisticadas sobre as transformações do capitalismo contemporâneo.

2.6 Pressões externas e a questão da Guerra Fria

Embora as contradições internas constituíssem o fator fundamental da crise soviética, as pressões externas exercidas pelo imperialismo ocidental, particularmente durante a presidência de Ronald Reagan (1981-1989), agravaram consideravelmente essas contradições ao forçar a URSS a manter gastos militares incompatíveis com suas possibilidades econômicas.

A estratégia de Reagan explorou brilhantemente as fraquezas soviéticas. A estratégia americana de intensificação da corrida armamentista tinha por objetivo sobrecarregar a economia soviética, explorando suas vulnerabilidades estruturais. O programa de "Guerra nas Estrelas" (*Strategic Defense Initiative*) anunciado por Reagan em 1983, embora tecnicamente questionável, forçou a URSS a direcionar recursos escassos para pesquisas militares de alta tecnologia, agravando os desequilíbrios econômicos internos.

A guerra do Afeganistão (1979-1989) representou um dreno adicional de recursos e prestígio internacional para a URSS. Como analisa Odd Arne Westad (2005), a intervenção soviética no Afeganistão não apenas consumiu recursos materiais enormes, mas também expôs as limitações do poder militar soviético e contribuiu para a desmoralização da sociedade. A guerra tornou-se impopular entre a população soviética e criou uma geração de veteranos traumatizados que questionavam os fundamentos do sistema.

No entanto, essas pressões externas só puderam ser eficazes devido à existência de contradições internas fundamentais. Um sistema socialista baseado no entusiasmo democrático dos trabalhadores e na racionalidade da planificação participativa teria sido capaz de mobilizar recursos suficientes para enfrentar essas pressões sem comprometer seu desenvolvimento

interno. A vulnerabilidade soviética às pressões externas revelava, portanto, as limitações estruturais da dominação burocrática.

2.7 Síntese: As condições da crise terminal

A análise das contradições do período 1964-1985 demonstra que a crise que se manifestou dramaticamente durante as reformas gorbatchovianas não foi acidental nem conjuntural, mas resultou do esgotamento histórico das possibilidades de desenvolvimento do sistema burocratizado. As contradições identificadas, como a estagnação econômica, o atraso tecnológico, a diferenciação social crescente, a crise ideológica e a vulnerabilidade externa constituíam manifestações interligadas de uma contradição mais fundamental: a impossibilidade de conciliar o desenvolvimento das forças produtivas com a manutenção da dominação burocrática.

Neste momento, a burocracia soviética enfrentava uma alternativa histórica inevitável: ou seria derrubada por uma revolução política da classe trabalhadora, ou se transformaria em nova burguesia através da restauração da propriedade privada. A experiência histórica confirmou que a segunda alternativa foi a que se concretizou, mas as condições para essa transformação foram criadas precisamente pelas contradições que se acumularam durante o período de "estagnação" brejneviana.

As reformas gorbatchovianas, longe de representarem uma tentativa genuína de democratização socialista, emergiram como resposta da própria burocracia a essas contradições insolúveis. A análise das seções seguintes demonstrará que a Perestroika e a Glasnost constituíram instrumentos através dos quais a burocracia operou sua transformação em nova classe capitalista, resolvendo assim suas contradições internas através da liquidação completa dos resquícios da revolução socialista.

3. O INÍCIO DA RESTAURAÇÃO CAPITALISTA: O PROJETO REFORMISTA DE GORBATCHOV (1985-1987)

O período 1985-1987 marca o início efetivo do processo de restauração capitalista na União Soviética, quando as contradições estruturais da dominação burocrática exigiram reformas que, embora apresentadas como "aperfeiçoamento do socialismo", estabeleceram os fundamentos para a transição ao capitalismo. A ascensão da fração "modernizadora" da burocracia, representada por Mikhail Gorbatchov, expressou a escolha consciente de uma classe dominante que buscava sua própria transformação em classe capitalista, seguindo uma lógica

interna de preparação das condições para as fases posteriores de radicalização explícita da restauração.

3.1 A ascensão de Gorbatchov e a fração "modernizadora" da Burocracia

A eleição de Mikhail Sergeyevich Gorbatchov para Secretário-Geral do PCUS em 11 de março de 1985 não representou um rompimento acidental na continuidade da liderança soviética, mas sim a expressão política de transformações estruturais que vinham se gestando no seio da própria burocracia desde o final dos anos 1970.

Gorbatchov emergiu como figura central desse processo devido a uma combinação singular de trajetória pessoal e contexto histórico. Nascido em 1931 em Privolnoye, no Cáucaso, sua origem camponesa e formação jurídica na Universidade Estatal de Moscou (1955) lhe concederam uma perspectiva diferente da velha guarda stalinista. Sua ascensão pelo aparato partidário em Stavropol (1955-1978) coincidiu com o período de "estagnação" brejnevista, durante o qual desenvolveu críticas veladas ao sistema.

A fração da burocracia que apoiou Gorbatchov não estava movida por impulsos democratizantes genuínos, mas pela percepção aguda de que o sistema burocratizado havia esgotado suas possibilidades de desenvolvimento e ameaçava colapsar sem reformas profundas.

O próprio Gorbachev traz essa percepção:

“...em certa etapa – isto torna -se particularmente claro na última metade dos anos setenta – ocorreu algo que à primeira vista parecia inexplicável. O país começou a perder impulso. Os fracassos econômicos tornaram--se mais frequentes. (...) uma espécie de “mecanismo de freio” afetava o desenvolvimento social e econômico” (Gorbachev, 1987, p. 17).

Enquanto em outras regiões globais ficou perceptível vastas possibilidades de integração entre desenvolvimento econômico e avanços tecnológicos, a União Soviética apresentava uma tendência clara à estagnação, Gorbachev acrescenta:

“...primeiro descobrimos uma desaceleração do crescimento econômico. Nos últimos quinze anos, a taxa de crescimento da renda nacional [caíra] em mais da metade e no começo dos anos oitenta tínhamos caído a um nível próximo do estancamento econômico” (Gorbachev, 1991, p. 17).

A coalizão que levou Gorbachev ao poder incluía elementos da inteligência técnica, quadros partidários de formação mais universalistas e setores da nomenclatura industrial que

percebiam na “modernização” tecnológica uma necessidade de sobrevivência do próprio sistema. Esta fração "modernizadora" da burocracia havia sido influenciada pelos debates econômicos dos anos 1960, quando economistas como Evsei Liberman e Leonid Kantorovich propuseram reformas de mercado limitadas que foram parcialmente implementadas durante o período de Alexei Kosygin (1964-1980). No entanto, diferente das tentativas reformistas anteriores, que visavam aperfeiçoar o sistema planificado, a nova geração de dirigentes burocráticos começava a questionar os fundamentos da economia socializada.

A experiência decisiva na formação política de Gorbachov foi seu envolvimento com o "grupo de Stavropol", que consiste em uma rede informal de burocratas reformistas que incluía futuros colaboradores como Eduard Shevardnadze. Arantes Jr. (2015) relata um importante pensamento de um dos líderes do PCUS:

“Para Yegor Ligachev, segundo homem do Kremlin na época do lançamento do movimento de reformas, há dois Gorbachevs, um antes e outro depois da sessão plenária do Comitê Central em 1987. É possível consultar as afirmações do próprio Gorbachev em duas obras suas: *Perestroika*, de novembro de 1987, e o *Golpe de Agosto*, de 1991” (Arantes Jr., 2015, p. 273).

Ficou perceptível uma mudança de pensamento de Gorbachev durante todo processo, porém a estrutura para transição vinha sendo montada. Um exemplo disso é que Yuri Andropov, durante seu breve período no poder (1982-1984), havia iniciado um processo de renovação de quadros que beneficiou diretamente Gorbachev. Andropov representava uma fração da burocracia ligada aos serviços de segurança que percebia com maior clareza as vulnerabilidades estratégicas da URSS em comparação ao Ocidente.

A composição social da equipe inicial de Gorbachov revelava nitidamente o caráter de classe de seu projeto político. Personalidades como Eduard Shevardnadze (Relações Exteriores), Alexander Yakovlev (ideologia) e Nikolai Ryzhkov (economia) representavam uma geração de burocratas tecnicamente qualificados que haviam desenvolvido vínculos com o Ocidente e admiração pelo modelo capitalista de desenvolvimento (Shevardnadze, 1991). Não se tratava, portanto, de democratas socialistas, mas de representantes de uma burocracia que buscava sua transformação em classe capitalista através de métodos "civilizados", processo que, ironicamente, acabaria por destruir o próprio sistema que pretendiam salvar.

3.2 A Perestroika inicial: modernização ou restauração?

O conceito de Perestroika (reestruturação) foi apresentado inicialmente por Gorbachev como uma tentativa de "aperfeiçoamento do socialismo", mas sua análise concreta revela que se tratava, desde o início, de um programa de introdução gradual de relações capitalistas na economia soviética. Arantes Jr. (2015) nos ajuda a entender um pouco a raiz da Perestroika:

“Diante de Gorbachev aparecia o antigo dilema do modelo intermediário, nem socialista nem plenamente capitalista, da burocracia estalinista. O PCUS, sob Gorbachev, poderia aprofundar a revolução, avançando em direção ao socialismo, o que requereria o abandono dos privilégios da nomenclatura e a transferência do poder político e econômico aos trabalhadores. Tratava-se de uma opção inaceitável para os senhores do regime, que só lhes poderia ser imposta na esteira de um amplo movimento de massas, evento impensável, uma vez que o operariado tinha sido desarticulado politicamente pelas práticas estalinistas. Alternativamente, surgia a possibilidade do retorno ao capitalismo, que destruiria o poder da burocracia estalinista – outro anátema. Gorbachev tentou a famosa manobra do “aperfeiçoamento das instituições”, o meio termo com que as elites esperam sair de situações perigosas. A incorporação de tecnologia permitiria passar do modelo extensivo da economia para um modelo intensivo, sob o controle prudente dos diretores de fábrica e do PCUS – ou assim esperava Gorbachev. Encontra-se aí a raiz da perestroika”. (Arantes Jr., 2015, p. 276).

As primeiras medidas da Perestroika, implementadas entre 1985 e 1987, concentraram-se na descentralização da gestão econômica e na introdução de mecanismos de mercado no setor industrial. A Lei das Empresas Estatais, aprovada em junho de 1987, concedia às unidades produtivas autonomia financeira parcial e permitia a venda direta de parte da produção, criando um mercado paralelo ao sistema de distribuição planificada (Gorbachev, 1987).

Essa dualidade entre economia planificada e de mercado não representava, como alegavam seus defensores, uma "economia mista socialista", mas sim uma contradição explosiva que minava os fundamentos da planificação. A coexistência prolongada entre planificação e mercado numa mesma economia é impossível, porque os mecanismos de mercado tendem a corroer e finalmente destruir a racionalidade da planificação.

A experiência prática confirmou rapidamente essas previsões teóricas. As empresas estatais, orientadas agora pelos critérios de rentabilidade financeira, começaram a privilegiar a produção de bens de maior valor agregado em detrimento das necessidades sociais básicas. A reorientação da produção criou escassez artificial de bens de consumo popular, alimentando o descontentamento social e a inflação reprimida. Paralelamente, a política de cooperativas aprovada em maio de 1986 criou um setor "privado" legal que funcionava como embrião da futura classe capitalista. Embora oficialmente apresentadas como forma "socialista" de

organização econômica baseada na propriedade coletiva, as cooperativas passaram a operar de fato como empresas privadas disfarçadas, permitindo a acumulação de capital privado numa escala sem precedentes desde a NEP.

3.3 Glasnost: transparência ou deslegitimação ideológica?

A política de Glasnost (transparência) foi apresentada por Gorbatchov como complemento necessário da Perestroika, argumentando que a democratização da vida política era indispensável para o sucesso das reformas econômicas, mas seu papel real foi mais profundo. Observamos que a Glasnost funcionou primordialmente como instrumento de deslegitimação ideológica do socialismo, preparando as condições políticas para a restauração capitalista. Antonio Gramsci (2002) havia demonstrado que as transformações sociais fundamentais requerem não apenas mudanças na estrutura econômica, mas também uma "revolução passiva" na superestrutura ideológica e cultural. No caso soviético, a Glasnost funcionou precisamente nessa função, promovendo uma revisão sistemática da história soviética que visava desacreditar os fundamentos ideológicos do socialismo.

Em carta ao comitê geral liderado por Gorbachev, Ligachev fez um balanço da situação e afirmou:

“Sob a bandeira da democracia e da glasnost, os pilares ideológicos e morais da sociedade estão sendo demolidos. O trabalho destrutivo das forças de oposição coincide com as forças hostis que agem do exterior. Elas estabeleceram como seu objetivo a destruição do socialismo na URSS, após a Europa Oriental, para arruinar a transformação social ao longo das linhas do socialismo científico e dirigir nosso país para a trilha do desenvolvimento capitalista” (Ligachev, 1993, p. 115).

O processo iniciou-se com a "desestalinização" radicalizada, que foi muito além das críticas específicas aos "excessos" do período Stalin. Publicações como "Novyi mir" (revista literária mensal) e "Ogoniok" (revista semanal ilustrada) passaram a veicular artigos que questionavam não apenas os métodos stalinistas, mas os próprios princípios da construção socialista. Tais publicações buscavam a desmoralização do sistema sem o mínimo rigor historiográfico. A publicação de obras como "Filhos do Arbat" de Anatoli Rybakov e "Vida e Destino" de Vassili Grossman contribuiu para criar uma atmosfera de repúdio generalizado à experiência soviética.

A campanha de deslegitimação histórica foi acompanhada pela introdução sistemática de ideias liberais ocidentais no debate público soviético. Economistas como Gavriil Popov e Nikolai Shmeliov passaram a defender abertamente a superioridade do mercado capitalista sobre a planificação socialista. Não se tratava de um debate científico sobre métodos econômicos alternativos, mas de uma operação ideológica destinada a preparar a opinião pública para a aceitação da restauração capitalista.

A liberalização da imprensa permitiu também a expressão de nacionalismos represados durante décadas, mas de forma manipulada que favorecia a desintegração da URSS. Os conflitos interétnicos que emergiram durante a Glasnost não resultaram simplesmente da "liberação" de sentimentos nacionais autênticos, mas foram frequentemente estimulados por setores da burocracia que viam na fragmentação nacional uma oportunidade para acelerar o processo de privatização (Suny, 1993).

3.4 Resistências conservadoras e contradições internas da Burocracia

A implementação das reformas gorbatchovianas encontrou resistências significativas dentro da própria burocracia, revelando as contradições internas da classe dominante soviética. Ao analisar a burocracia soviética, Ernst Mandel observou:

“Mas, enquanto que camada social, mantém-se adversária de um restabelecimento do capitalismo na URSS, que destruiria os próprios fundamentos dos seus privilégios (o que não impede que a burocracia seja o caldo de cultura de subgrupos e de subtendências que podem tentar transformar-se em novos capitalistas)” (Mandel, 1982, p. 86).

Essa resistência não pode ser interpretada simplesmente como "conservadorismo ideológico", mas deve ser compreendida como expressão dos interesses materiais de frações burocráticas que se sentiam ameaçadas pelo processo de transição controlada ao capitalismo. A fração "conservadora" da burocracia, representada por figuras como Yegor Ligachev, Viktor Grishin e Vladimir Shcherbitsky, não se opunha necessariamente à modernização econômica, mas temia que reformas muito rápidas pudessem provocar uma instabilidade social que ameaçasse a própria sobrevivência da classe dominante. Essa fração preferia uma transição mais gradual e controlada, que preservasse melhor os privilégios existentes.

As contradições manifestaram-se claramente no Plenum do Comitê Central de janeiro de 1987, quando Gorbachov conseguiu impor sua linha política apenas após intensas negociações e concessões aos setores conservadores. Archie Brown documentou que:

"Gorbatchov teve que diluir suas propostas originais em 40% para obter aprovação. O texto final foi um compromisso ambíguo que satisfaz a ninguém" (Brown, 2007, p. 214). Gorbatchov foi obrigado a moderar significativamente suas propostas iniciais para obter o apoio da maioria do Comitê Central.

As resistências internas explicam o caráter contraditório e hesitante das reformas durante o período 1985-1987. As medidas de liberalização econômica eram seguidas por recuos e concessões ao aparelho conservador, criando uma situação de permanente instabilidade política que aumentava as contradições econômicas do sistema. A impossibilidade de implementar reformas coerentes refletia a própria natureza contraditória do projeto gorbatchoviano: modernizar o sistema sem perder o controle sobre o processo.

Essas divisões produziram um ciclo de avanços e recuos: entre 1985-1986 ocorreram as liberalizações econômicas iniciais. Em 1987, o governo promoveu recuos após protestos operários em Novochoerkassk. Posteriormente, em 1988, aconteceu uma nova onda de reformas, seguida de purgas conservadoras.

3.5 Impactos econômicos das reformas iniciais

Os resultados econômicos das reformas gorbatchovianas durante o período 1985-1987 foram totalmente contrárias às expectativas oficiais de modernização e crescimento acelerado. Ao contrário, as medidas implementadas naquele momento agravaram as contradições estruturais da economia soviética, criando uma crise de proporções sem precedentes desde a guerra. A introdução de mecanismos de mercado numa economia ainda fundamentalmente planejada criou distorções massivas no sistema de preços e na alocação de recursos. Philip Hanson (2003), demonstra que a coexistência entre preços planejados e preços de mercado gerou oportunidades sistemáticas de arbitragem que foram exploradas por especuladores ligados ao aparelho burocrático.

O déficit orçamentário, que havia se mantido relativamente controlado durante a era Brejnev, explodiu durante o período inicial das reformas. Segundo dados oficiais soviéticos, o déficit passou de 2,4% do PIB em 1985 para 6,2% em 1987, refletindo tanto a queda das receitas (devido à desorganização da produção) quanto o aumento dos gastos (devido aos subsídios necessários para manter a estabilidade social) (Hewett, 1988).

A política de cooperativas, apresentada como instrumento de dinamização econômica, funcionou na prática como mecanismo de transferência de recursos do setor estatal para empreendedores privados. As cooperativas obtinham matérias-primas a preços subsidiados do

setor estatal e vendiam produtos acabados a preços de mercado, realizando lucros extraordinários que representavam, essencialmente, uma forma disfarçada de privatização dos recursos sociais.

Tal situação foi agravada pela política salarial expansiva implementada como compensação pelas dificuldades econômicas crescentes. O aumento dos salários nominais, não acompanhado por aumento correspondente da produção de bens de consumo, gerou pressões inflacionárias que se manifestavam através do crescimento das filas, do mercado clandestino e da especulação generalizada.

3.6 Transformações na política externa: "Novo Pensamento" ou Capitulação?

A política externa gorbatchoviana, anunciada sob o rótulo de "Novo Pensamento Político", representou uma revisão fundamental das posições soviéticas que beneficiou de forma sistemática os interesses imperialistas ocidentais. A percepção mencionada não era exagerada. Os números frios mostram que, entre 1985 e 1989, a URSS reduziu em 75% seu apoio a movimentos de libertação no Terceiro Mundo enquanto quadruplicou seus pedidos de empréstimos ao Ocidente. Essa reorientação não pode ser explicada simplesmente por considerações pragmáticas sobre redução de custos militares, mas deve ser entendida como expressão política da transformação burguesa em curso no seio da burocracia soviética (English, 2000).

Eduard Shevardnadze, nomeado Ministro das Relações Exteriores em julho de 1985, simbolizava a nova orientação pró-ocidental da liderança soviética. Suas posições, baseavam-se na premissa de que a URSS deveria integrar-se ao sistema capitalista mundial e aceitar a liderança americana. A política de desarmamento unilateral implementada por Gorbachov, embora popular na opinião pública ocidental, representou uma capitulação estratégica sem precedentes. Essa visão ingênua ou deliberadamente enganosa, guiou decisões catastróficas como o Tratado INF de 1987, em que a URSS aceitou destruir 650 mísseis SS-20 (seu sistema mais moderno, com alcance de 5.500 km) em troca da eliminação de apenas 120 Pershing II americanos, de tecnologia obsoleta e alcance limitado.

Mais significativa ainda foi a decisão de retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, anunciada em fevereiro de 1988. Essa decisão, apresentada como encerramento de uma "guerra injusta", representou, na verdade, o abandono de uma posição geopolítica estratégica que havia custado enormes sacrifícios ao povo soviético. Como analisou o historiador Odd Arne Westad (2005), a mensagem naquele momento foi clara de que Moscou abandonava sua esfera de

influência. Os sandinistas na Nicarágua, o MPLA em Angola e até os comunistas franceses entenderam o recado.

A nova política externa gorbatchoviana baseava-se na fantasia de que a URSS poderia obter a cooperação ocidental para sua modernização através de concessões unilaterais. Essa ilusão refletia a incompreensão fundamental da natureza imperialista do capitalismo que jamais permite rivais, mesmo reformados, ou se submete completamente, ou é destruído. A política externa do "Novo Pensamento" não compreendeu essa lição básica e o preço foi o colapso do próprio Estado soviético.

3.7 Reações sociais: entre esperança reformista e ceticismo popular

As reações da sociedade soviética às reformas iniciais de Gorbatchov foram contraditórias e revelaram as profundas divisões sociais que haviam se desenvolvido durante décadas de dominação burocrática. Os intelectuais do meio urbano, particularmente de Moscou e Leningrado, receberam entusiasticamente as políticas de Glasnost, vendo nelas a oportunidade de expressar críticas há muito represadas ao sistema. Esse entusiasmo inicial dos intelectuais refletia não apenas aspirações democráticas genuínas, mas também a esperança de ascensão social numa sociedade liberalizada.

No entanto, a reação das classes trabalhadoras foi significativamente mais cética. Os operários industriais e camponeses kolkhozianos, que haviam sido os principais beneficiários dos avanços sociais soviéticos (emprego garantido, educação gratuita, saúde universal), percebiam naturalmente que as reformas ameaçavam suas conquistas históricas. As greves que eclodiram em diversas regiões durante 1987 expressavam não um apoio às reformas, mas resistência aos seus efeitos sociais negativos. Essa divisão social tornou-se ainda mais visível com o surgimento dos "novos ricos" das cooperativas.

A diferenciação social crescente, potencializada pelas políticas de liberalização econômica, aprofundou as divisões na sociedade soviética. A formação de uma camada de "novos ricos" ligados às cooperativas e ao comércio privado criou tensões sociais que se manifestaram através do crescimento da criminalidade, da corrupção e do descontentamento popular. A questão nacional emergiu como fator destabilizador durante este período, particularmente nas repúblicas bálticas e no Cáucaso. Os eventos de Alma-Ata (dezembro de 1986) e de Sumgait (fevereiro de 1988) revelaram que a liberalização política estava liberando forças descentralizadoras que ameaçavam a própria existência da URSS como Estado unitário (Nahaylo, 1990).

3.8 A lógica interna da restauração: primeira fase

A análise marxista das reformas gorbatchovianas durante o período 1985-1987 demonstra que não se tratava de tentativas contraditórias de "aperfeiçoamento socialista", mas de uma estratégia coerente de transição controlada para o capitalismo. Essa estratégia, por sua vez, seguia uma lógica interna que correspondia às necessidades históricas da burocracia como classe em transformação.

A primeira fase da restauração (1985-1987) pode ser caracterizada pela criação das condições jurídicas, econômicas e ideológicas necessárias para a transição posterior. A legalização das cooperativas criou embriões de propriedade privada, a descentralização econômica minou a planificação, a Glasnost deslegitimou o socialismo e a nova política externa facilitou a integração ao sistema capitalista mundial.

O caráter muitas vezes contraditório e hesitante das reformas durante este período não refletia confusão ideológica de seus promotores, mas sim a necessidade tática de evitar resistências sociais que pudessem de alguma forma comprometer o processo. A burocracia modernizadora precisava avançar cuidadosamente, preparando cada passo seguinte através de mudanças graduais que não provocassem reações defensivas massivas das classes trabalhadoras.

No entanto, a própria lógica das reformas criava contradições que tornavam impossível sua estabilização numa forma intermediária entre socialismo e capitalismo. A coexistência entre planificação e mercado era estruturalmente insustentável, visto que a liberalização política estimulava forças que escapavam ao controle burocrático e as pressões sociais crescentes exigiam soluções mais radicais.

Essa dinâmica contraditória preparou as condições para a segunda fase das reformas (1987-1989), quando a radicalização política e econômica tornaria explícito o caráter restauracionista do projeto gorbatchoviano. A análise da fase seguinte demonstrará como as contradições internas das reformas iniciais conduziram inevitavelmente à desintegração final do sistema soviético.

4. A RADICALIZAÇÃO RESTAURACIONISTA: A SEGUNDA FASE DAS REFORMAS (1987-1989)

O período 1987-1989 marca a transição da fase reformista inicial para a radicalização explícita do processo restauracionista, quando as contradições acumuladas durante os primeiros anos da Perestroika tornaram impossível qualquer retorno ao sistema anterior e exigiram soluções cada vez mais drásticas. Conforme estabelecido por Isaac Deutscher (1967), em "A Revolução Inacabada", a burocracia soviética enfrentava pressões crescentes que a forçavam a buscar soluções que inevitavelmente ameaçavam sua própria existência enquanto casta dirigente, precipitando a aceleração das transformações em direção ao capitalismo aberto.

4.1 A XIX Conferência do PCUS e a guinada política decisiva

A XIX Conferência do Partido Comunista da União Soviética, realizada entre 28 de junho e 1º de julho de 1988, representou um marco divisor de águas na trajetória das reformas gorbatchovianas, constituindo o momento em que as tendências restauracionistas implícitas nas medidas anteriores adquiriram expressão política explícita e irreversível.

A convocação da Conferência, a primeira desde 1941, foi apresentada por Gorbatchov como necessidade de "aprofundamento da democratização", mas sua análise concreta revela que se tratava de um instrumento de transformismo gramsciano para superar as resistências burocráticas conservadoras e acelerar o processo de transformação capitalista. O conceito gramsciano de transformismo, conforme estabelecido na fundamentação teórica deste trabalho, permite compreender como a burocracia apresentou a restauração capitalista como "modernização socialista", cooptando inclusive setores que inicialmente apoiaram as reformas com objetivos democratizantes (Gramsci, 2002).

As resoluções aprovadas pela Conferência estabeleceram as bases para a criação do Congresso dos Deputados do Povo, órgão que substituiria formalmente o Soviet Supremo como instância legislativa superior. Essa mudança, apresentada como "democratização", representava, na verdade, uma manobra para marginalizar o Comitê Central do PCUS, tradicional bastião das resistências conservadoras, e concentrar o poder nas mãos da nova elite "democrática" liderada por Gorbatchov. A análise das diferentes frações da burocracia soviética durante este período, conforme estabelecido nos objetivos específicos desta pesquisa, revela como suas contradições internas aceleraram o colapso do sistema. A fração modernizadora

utilizou a Conferência para paralisar definitivamente os setores conservadores, mas, ao fazê-lo, desencadeou forças que rapidamente escapariam ao seu controle.

A composição social dos delegados à Conferência revelava claramente o caráter de classe das transformações em curso. Personalidades como Boris Yeltsin, Anatoly Sobchak e Gavriil Popov, futuros protagonistas da restauração capitalista explícita, utilizaram a tribuna da Conferência para defender abertamente a adoção de mecanismos de mercado e a integração da URSS ao sistema capitalista mundial. Não se tratava mais de "aperfeiçoamento do socialismo", mas de advocacia direta pela transição ao capitalismo, confirmando que o sistema há muito havia deixado de ser socialista em qualquer sentido genuíno do termo.

A resistência conservadora, representada por figuras como Yegor Ligachev e Viktor Chebrikov, encontrava-se politicamente isolada e incapaz de articular uma alternativa coerente às propostas reformistas. A falta de crença refletia a ausência de um projeto político genuinamente socialista dentro da própria burocracia, que havia perdido qualquer conexão orgânica com os interesses históricos da classe trabalhadora.

4.2 A Aceleração da Descentralização Econômica

O período 1987-1989 caracterizou-se pela implementação acelerada de medidas que tinham por objetivo dismantlar sistematicamente os mecanismos de planificação central, substituindo-os por relações de mercado que criavam as condições materiais para a emergência de uma nova burguesia. A Lei das Empresas Estatais, promulgada em janeiro de 1988, representou um salto qualitativo neste processo ao conceder às unidades produtivas autonomia financeira quase completa. Os números revelam o grande impacto que foi observado principalmente através das demissões em massa, considerando que entre 1988 e 1989 cerca de 1,2 milhão de trabalhadores perderam seus empregos (Goskomstat, 1990).

Ao analisar essas reformas, Mandel traz conclusões pertinentes:

“O alcance de todas estas reformas é limitado, na medida em que não resolvem o problema fundamental. Nenhum "mecanismo económico", fora do controle democrático e público pela massa dos produtores e consumidores, pode chegar a um máximo de rendimentos por um mínimo de esforços. Cada reforma tende a substituir, por uma nova forma de abusos burocráticos e de desperdícios, a forma anterior” (Mandel, 1982, p. 90).

Tal descentralização econômica não pode ser interpretada como tentativa de "democratização econômica" ou "socialismo de mercado", conceitos que constituem oxímoros teóricos do ponto de vista marxista. A generalização das relações mercantis implica necessariamente a transformação da força de trabalho em mercadoria e a subordinação da produção social aos imperativos da acumulação de capital. A experiência soviética confirmou dramaticamente essas previsões teóricas fundamentais.

As empresas estatais, liberadas dos controles planejados e orientadas pelos critérios de rentabilidade, iniciaram um processo de reestruturação que significava, na prática, a demissão massiva de trabalhadores "excedentes" e a intensificação do processo de trabalho para os remanescentes. Esse processo reproduzia, sob condições soviéticas, os métodos clássicos de acumulação primitiva de capital analisados por Marx no capítulo XXIV do primeiro volume de "O Capital", confirmando que a restauração capitalista seguia as leis gerais descobertas pela teoria marxista.

Simultaneamente, a política de cooperativas foi drasticamente expandida através do decreto de maio de 1988, que eliminou virtualmente todas as restrições setoriais e de escala para as atividades "cooperativas". Em 1989, podemos observar que 200 mil "cooperativas" empregavam 5 milhões, onde os lucros médios chegavam a ser oito vezes o salário industrial. Essa liberalização permitiu a emergência de grandes empreendimentos privados disfarçados de cooperativas que, naquele momento, passaram a operar como empresas capitalistas em todos os aspectos essenciais, exceto na denominação formal.

A contradição entre preços planejados (mantidos artificialmente baixos) e preços de mercado (determinados pela oferta e demanda) criou oportunidades sistemáticas de enriquecimento para aqueles que tinham acesso privilegiado aos recursos estatais. Philip Hanson (2003), demonstra que essa arbitragem representava uma transferência massiva de riqueza social para indivíduos privados, constituindo uma forma disfarçada de privatização dos meios de produção.

4.3 A liberalização política e o despertar das forças centrífugas

A liberalização política implementada após a XIX Conferência do PCUS desencadeou forças sociais e nacionais que rapidamente escaparam ao controle da burocracia modernizadora, revelando a natureza contraditória de um processo que pretendia modernizar o sistema através de sua própria destruição. Antonio Gramsci, em "Cadernos do Cárcere", havia observado que

as transformações sociais frequentemente liberam energias que superam as intenções originais de seus promotores, conceito aplicável à dinâmica das reformas soviéticas.

As eleições para o Congresso dos Deputados do Povo, realizadas entre março e abril de 1989, marcaram a entrada definitiva da URSS numa crise política terminal. Embora o sistema eleitoral tenha sido cuidadosamente manipulado para garantir a predominância de candidatos "democráticos" aprovados pela liderança reformista, os resultados revelaram a profundidade da crise de legitimidade do sistema soviético (Atas do Congresso do Povo da URSS, 1989). A derrota eleitoral de numerosos dirigentes partidários tradicionais, incluindo secretários regionais e membros do Comitê Central, demonstrou que a população soviética havia perdido qualquer confiança nas estruturas políticas existentes. No entanto, essa rejeição não se traduzia de forma automática em apoio ao projeto restauracionista, mas refletia fundamentalmente a busca por melhorias nas condições de vida que o sistema burocratizado se mostrava incapaz de proporcionar.

Boris Yeltsin, eleito deputado por Moscou com 89% dos votos, emergiu como líder da oposição "democrática" radical dentro do próprio Congresso. Suas posições, aparentemente populistas e anti-establishment, mascaravam um programa explicitamente pró-capitalista que encontrava apoio entre setores intelectuais urbanos desiludidos com o ritmo lento das reformas. A transmissão televisiva das sessões do Congresso criou um fenômeno político inédito na história soviética: o debate público aberto sobre questões fundamentais do sistema. No entanto, esse debate desenvolvia-se dentro de parâmetros ideológicos já definidos pelos reformistas, concentrando-se na crítica ao "totalitarismo" soviético sem questionar os fundamentos do capitalismo mundial ao qual se pretendia aderir (Stenograma das Sessões do Congresso dos Deputados do povo da URSS, 1989).

4.4 As Transformações na Estrutura de Classes

O período 1987-1989 assistiu ao aprofundamento acelerado das transformações na estrutura social soviética, com a emergência visível de grupos sociais que funcionavam como embriões da futura burguesia russa. Essas transformações não foram provenientes de processos econômicos "naturais", mas da política deliberada da fração modernizadora da burocracia, que utilizava o poder estatal para criar as condições de sua própria transformação em classe capitalista. Os "cooperadores", proprietários formais das grandes cooperativas, constituíam o setor mais dinâmico desta nova burguesia em formação. Personalidades como Artem Tarasov, Vladimir Bryntsalov e Boris Berezovsky acumularam fortunas extraordinárias através da

exploração das contradições entre economia planificada e economia de mercado, operando como intermediários parasitários que se aproveitavam de parte significativa da riqueza social criada pelos trabalhadores soviéticos. Sobre este processo, Arantes Jr. faz uma excelente pontuação:

“A privatização representou um instrumento essencial para associar a burocracia neoestalinista à formação de uma nova elite de proprietários do capital. Black, Kraakman e Tarassova, ao analisar a privatização na Rússia, assinalam que é de se esperar que a privatização maciça leve a uma onda de transferências em proveito próprio. Acentuam também que a Rússia “acelerou o processo de transferência em proveito próprio (self-dealing), ao vender o controle de suas maiores empresas a trapaceiros, a baixo preço”; e os trapaceiros “usaram sua riqueza para continuar a corromper o governo” (Arantes Jr., 2015, p. 404).

Paralelamente, desenvolvia-se uma camada de "gerentes reformistas" no seio das próprias empresas estatais, composta por diretores e técnicos que defendiam abertamente a privatização como forma de "modernização" tecnológica e organizacional. Essa camada, influenciada por teorias ocidentais de management e frequentemente em contato direto com empresários capitalistas, funcionava como quinta-coluna da restauração dentro do próprio setor estatal.

Os intelectuais dos meios técnicos e culturais, especialmente em Moscou e Leningrado, desenvolveram crescente identificação com os valores e estilos de vida ocidentais, vendo na restauração capitalista uma oportunidade de ascensão social e integração ao mundo "civilizado". Como analisa Vladimir Gel'man (2015), esse setor social forneceu a base ideológica e política para os movimentos "democráticos" que legitimaram o processo de destruição do sistema soviético. Economistas como Yegor Gaidar, Anatoly Chubais e Sergei Shakhrai desenvolveram os programas de "terapia de choque" que seriam implementados após 1991, apresentando a destruição acelerada das estruturas soviéticas como única alternativa "moderna" e "civilizada" (Mandel, 1969).

No entanto, tais transformações na estrutura de classes ocorriam sobre o fundamento de uma classe trabalhadora que mantinha, apesar de tudo, posições sociais conquistadas durante décadas de desenvolvimento soviético. O emprego garantido, a educação gratuita, os serviços de saúde universais e a habitação subsidiada constituíam conquistas reais que os trabalhadores não estavam dispostos a sacrificar facilmente.

4.5 O colapso da Planificação Central

A coexistência entre mecanismos de planificação central e relações de mercado, apresentada pelos reformistas como "economia mista socialista", revelou-se estruturalmente insustentável, conduzindo ao colapso progressivo da capacidade de coordenação econômica central. Conforme analisado por Ernest Mandel, em "Tratado de Economia Marxista", essa coexistência só poderia ser transitória, resultando necessariamente na vitória de um dos princípios organizacionais sobre o outro. A deterioração da disciplina planificada ficou exposta inicialmente através do não-cumprimento sistemático dos planos setoriais e regionais. As empresas, orientadas pelos critérios de rentabilidade financeira, passaram a privilegiar a produção de bens de maior valor agregado em detrimento dos produtos essenciais à manutenção da coerência do plano nacional. A reorientação da produção criou desabastecimentos em setores estratégicos que desorganizaram toda a cadeia produtiva.

O Gosplan (Comitê Estatal de Planejamento), principal órgão de coordenação econômica central, perdeu progressivamente sua capacidade de controle sobre o processo produtivo. Como documenta Padma Desai (1989), os funcionários do Gosplan passaram a dedicar mais tempo à negociação de "exceções" ao plano do que ao planejamento propriamente dito, transformando a planificação central numa farsa burocrática.

A desorganização da planificação foi agravada pela política monetária expansiva implementada para financiar tanto as reformas quanto os crescentes subsídios necessários para manter a estabilidade social. A emissão monetária sem contrapartida produtiva gerou pressões inflacionárias que se manifestavam através da escassez generalizada, filas enormes e desenvolvimento do mercado clandestino em escala sem precedentes. O sistema de preços planificados, já distorcido pelas reformas anteriores, perdeu completamente sua função de coordenação econômica. A proliferação de preços diferenciados (estatais, cooperativos, de mercado, de permuta) criou um caos informacional que tornava impossível qualquer cálculo econômico racional, seja planificado seja mercantil. Segundo dados oficiais, o *déficit* orçamentário explodiu de 6,2% do PIB em 1987 para 14,3% em 1989, refletindo tanto a queda das receitas quanto o aumento exponencial dos gastos necessários para manter a ordem social (Dados Oficiais do Ministério das Finanças da URSS, 1990).

O sistema de distribuição planificado entrou em colapso completo durante 1990. As tradicionais relações entre fornecedores e consumidores, organizadas através dos ministérios setoriais, foram substituídas por negociações caóticas entre empresas individuais que operavam segundo lógicas incompatíveis. Philip Hanson (2003) documenta que mais de 60% dos acordos

de fornecimento inter-empresariais foram quebrados durante 1990, criando uma desorganização produtiva sem precedentes na história soviética.

4.6 A emergência dos movimentos nacionalistas

A liberalização política desencadeou forças separatistas nas repúblicas não-russas que transformaram a "questão nacional" numa alavanca fundamental da desintegração do sistema soviético. Essas forças não emergiram espontaneamente da "libertação" de sentimentos nacionais reprimidos, mas foram frequentemente manipuladas e canalizadas por setores da própria burocracia local que viam na fragmentação nacional uma oportunidade para acelerar sua transformação em burguesias nacionais independentes.

O movimento das "Frentes Populares" nas repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia) constituiu o laboratório político da estratégia restauracionista. Apresentando-se como movimentos de "libertação nacional" e "democratização", essas organizações articulavam na verdade os interesses das intelectualidades locais com os de setores da burocracia partidária que buscavam autonomizar-se do controle central. A questão nacional, conforme um dos objetivos específicos desta pesquisa, havia sido tratada de forma burocrática e não-leninista pela URSS, tornando-se assim um fator de desagregação quando a Glasnost permitiu a expressão dos sentimentos nacionais represados.

A declaração de "soberania econômica", aprovada pelo Parlamento estoniano em novembro de 1988, estabeleceu o precedente para demandas similares em outras repúblicas. Essa "soberania" significava, concretamente, o direito das repúblicas de reter parte significativa dos recursos produzidos em seus territórios, minando os mecanismos de redistribuição inter-regional que constituíam um dos fundamentos econômicos da unidade soviética (Declaração de Soberania Econômica da República Socialista Soviética da Estônia, 1988).

Os conflitos interétnicos que eclodiram no Cáucaso (Armênia-Azerbaijão) e na Ásia Central (Uzbequistão-quirguizes, cazaques-alemães) não foram resultados simplesmente da liberalização política, mas foram exacerbados pela desorganização econômica crescente e pela competição por recursos escassos entre grupos nacionais. Como analisa Ronald Suny (1993), esses conflitos passaram a funcionar como válvulas de escape para tensões sociais que tinham origem fundamentalmente econômica.

A declaração de independência das repúblicas bálticas durante 1990-1991, seguida por movimentos similares na Ucrânia, Geórgia e outras repúblicas, criou uma dinâmica irreversível de fragmentação nacional. O referendo sobre a preservação da URSS, realizado em março de

1991, embora tenha obtido 76,4% de votos favoráveis, não conseguiu deter essa dinâmica devido à recusa das principais repúblicas em participar ou reconhecer seus resultados.

Naquele momento, a resposta de Moscou para lidar com esses desafios revelou a paralisia política da liderança gorbatchoviana, que estava dividida entre a necessidade de manter a unidade do Estado e o compromisso com a liberalização política que alimentava as forças desintegradoras. As tentativas de repressão (como em Tbilisi, abril de 1989) alternavam-se com concessões que apenas estimulavam demandas cada vez mais radicais.

4.7 A crise social e o despertar da resistência operária

De forma contrária às expectativas reformistas, a liberalização econômica e política não gerou entusiasmo popular pelas reformas, mas sim crescente resistência social que se manifestou através de greves, protestos e outras formas de luta que revelavam o caráter anti-operário das transformações em curso. Essa resistência não deve ser interpretada como "conservadorismo" ou "nostalgia stalinista", mas como defesa racional de conquistas sociais ameaçadas pelo processo restauracionista.

As greves dos mineiros de Kuzbass, Donbass e Vorkuta, iniciadas em julho de 1989, constituíram a expressão mais significativa dessa resistência. Embora os dirigentes grevistas tenham sido rapidamente cooptados pela liderança "democrática" e suas demandas canalizadas no sentido pró-mercado, a base operária que desencadeou o movimento expressava fundamentalmente a rejeição às consequências sociais das reformas: deterioração das condições de trabalho, ameaças ao emprego garantido, e escassez crescente de bens de consumo básico.

A forma como essas greves foram manipuladas pela mídia reformista demonstra claramente os métodos através dos quais a oposição operária foi neutralizada e instrumentalizada. Boris Yeltsin e outros líderes "democráticos" apresentaram-se como defensores dos mineiros contra a "burocracia conservadora", omitindo que suas próprias políticas resultaram necessariamente no fechamento de minas consideradas "não-rentáveis" e demissões em massa.

O movimento grevista revelou também as limitações da consciência política operária soviética, formada durante décadas de dominação burocrática que havia eliminado as tradições de luta independente da classe trabalhadora. A falta de organizações operárias autônomas, sindicatos genuínos, partidos operário e conselhos de fábrica, fez com que os trabalhadores ficassem vulneráveis à manipulação demagógica dos líderes burgueses em formação.

4.8 As transformações na política externa: capitulação estratégica

A política externa gorbatchoviana durante o período 1987-1989 aprofundou dramaticamente as tendências do capitulacionismo dos anos anteriores, culminando no abandono sistemático de todas as posições geopolíticas conquistadas pela URSS desde 1945. Essa capitulação deve ser compreendida, conforme a metodologia materialista-histórica adotada nesta pesquisa, como expressão política da integração da nova elite soviética ao sistema imperialista mundial, validando as previsões de Lenin sobre a natureza do imperialismo.

A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, concluída em fevereiro de 1989, sinalizou aos movimentos de libertação mundial que não poderiam mais contar com o apoio soviético. Mais significativo ainda foi o abandono dos regimes socialistas do Leste Europeu durante 1989, quando Gorbachov recusou-se a intervir para defender governos aliados ameaçados por movimentos contra-revolucionários apoiados pelo Ocidente.

A "Doutrina Sinatra", formulação irônica de Gennady Gerasimov segundo a qual os países do Leste Europeu poderiam fazer as coisas "à sua maneira", representou na prática o abandono da Doutrina Brejnev e a liquidação da influência soviética numa região estratégica fundamental. Essa política facilitou conscientemente a restauração capitalista nos países socialistas europeus, demonstrando como as pressões imperialistas externas, embora constituindo fator secundário conforme estabelecido nos objetivos desta pesquisa, foram habilmente exploradas pela burocracia para acelerar sua própria transformação.

A aceitação da reunificação alemã sob hegemonia ocidental, negociada durante 1989, constituiu talvez a capitulação mais significativa da história diplomática soviética. A URSS renunciava assim aos frutos de sua vitória na Segunda Guerra Mundial, permitindo o ressurgimento de uma Alemanha unificada integrada à OTAN, cenário que havia sido considerado inaceitável por todos os líderes soviéticos anteriores (Sarotte, 2009). Essas concessões não obtiveram as contrapartidas econômicas e políticas que a liderança gorbatchoviana esperava do Ocidente. As potências imperialistas interpretaram as concessões soviéticas como sinais de fraqueza e intensificaram suas pressões para obter vantagens adicionais.

4.9 A lógica interna da radicalização: preparando a transição final

A análise materialista do período 1987-1989 demonstra que a radicalização das reformas não resultou de fatores acidentais ou pressões externas, mas seguiu uma lógica interna

determinada pelas contradições fundamentais identificadas por Trotsky em "A Revolução Traída". Cada medida "reformista" criava contradições que exigiam medidas ainda mais radicais, num processo de *feedback* positivo que conduzia inevitavelmente à liquidação completa do sistema soviético.

Mandel chega a importante conclusão:

“As reformas não restauraram o capitalismo nem reintroduziram o lucro das empresas como guia das decisões de investimento. Mas aumentaram as contradições internas do sistema. Por um lado, acentuaram o impulso de uma fração da burocracia no sentido de uma autonomia dos diretores de fábricas, suprimindo as conquistas da classe operária, como a garantia do direito ao trabalho, e, por outro lado, a resistência dos trabalhadores às tendências ao desmantelamento dessas conquistas e da economia planificada” (Mandel, 1982, p. 90).

A descentralização econômica exigia liberalização política para superar as resistências burocráticas, a liberalização política desencadeava forças centrífugas que exigiam maior descentralização, a fragmentação política alimentava a desorganização econômica que justificava medidas mais drásticas de "modernização". Esse círculo vicioso refletia a impossibilidade estrutural de estabilizar uma situação intermediária entre socialismo e capitalismo (Cliff, 1988).

A fração modernizadora da burocracia, liderada por Gorbatchov, demonstrou notável habilidade tática para navegar nessas contradições, utilizando cada crise como oportunidade para acelerar as transformações desejadas. A resistência conservadora foi sistematicamente neutralizada através da mobilização de forças sociais (intelligentsia, nacionalistas, "cooperadores") que compartilhavam temporariamente o interesse na destruição das estruturas existentes. No entanto, esse processo escapava crescentemente ao controle de seus próprios promotores. As forças desencadeadas pelas reformas: diferenciação social acelerada, fragmentação nacional, resistência operária e pressões externas criavam uma dinâmica de crise terminal que não poderia ser estabilizada através de reformas graduais.

O período analisado nesta seção criou as condições políticas, econômicas e ideológicas necessárias para a fase final da restauração capitalista, que se desenvolveria durante os anos 1989-1991. A emergência de lideranças abertamente burguesas como Boris Yeltsin, a deslegitimação completa das estruturas soviéticas, a fragmentação nacional irreversível e o colapso da planificação central prepararam o terreno para os acontecimentos dramáticos que confirmariam definitivamente as previsões de Trotsky sobre o destino da burocracia soviética. Como estabelecido na justificativa desta pesquisa, a experiência soviética oferece lições

cruciais sobre os perigos da burocratização e a necessidade do controle democrático operário para qualquer processo genuinamente socialista.

5. A CONSUMAÇÃO DA CONTRARREVOLUÇÃO BURGUESA (1989-1991)

O período final das transformações soviéticas, compreendido entre 1989 e 1991, marca a consumação definitiva do processo de restauração capitalista iniciado com as reformas gorbatchovianas. Conforme previsto por Trotsky, as contradições acumuladas pela dominação burocrática conduziram inevitavelmente à alternativa histórica que se concretizou: a transformação da burocracia em nova classe capitalista através da liquidação completa dos vestígios da propriedade socializada. Esta seção analisa como as forças desencadeadas durante a segunda fase das reformas convergiram para o colapso final da URSS e o estabelecimento aberto do capitalismo, validando empiricamente as previsões da teoria marxista ortodoxa sobre o destino dos Estados operários burocraticamente degenerados.

5.1 A desintegração terminal da Planificação Central (1989-1990)

O sistema de distribuição planificado entrou em colapso completo durante 1990. As tradicionais relações entre fornecedores e consumidores, organizadas através dos ministérios setoriais, foram substituídas por negociações caóticas entre empresas individuais que operavam segundo lógicas incompatíveis. Philip Hanson (2003) documenta que mais de 60% dos acordos de fornecimento interempresariais foram quebrados durante 1990, criando uma desorganização produtiva sem precedentes na história soviética.

Com o passar do tempo, a moeda soviética perdeu progressivamente suas funções econômicas básicas, sendo substituída por sistemas de troca direta (*barter*) que reproduziam características pré-capitalistas num contexto de economia industrial moderna. Essa "desdolarização" interna refletia a perda total de confiança na capacidade do Estado soviético de manter a estabilidade econômica, preparando as condições psicológicas para a aceitação da restauração capitalista aberta.

5.2 A Crise Final do Sistema Político Soviético (1990-1991)

As eleições para os soviets regionais e republicanos, realizadas durante 1990, revelaram a profundidade da crise de legitimidade do sistema. Em Moscou, Leningrado e outras grandes

cidades, candidatos abertamente anticomunistas obtiveram vitórias esmagadoras, expressando não tanto apoio ao capitalismo quanto à rejeição radical ao status quo existente. Boris Yeltsin, eleito presidente do Soviet Supremo da Federação Russa em maio de 1990, emergiu como líder incontestável da oposição "democrática" que articulava demandas populares de melhoria das condições de vida com um programa explicitamente restauracionista.

A Declaração de Soberania da Federação Russa, aprovada em 12 de junho de 1990, estabeleceu o precedente legal para a desintegração da URSS. Essa declaração, apresentada como afirmação dos "direitos democráticos" da Rússia, significava na prática a subordinação das leis soviéticas às leis russas, minando os fundamentos jurídicos do Estado federal. Outras repúblicas seguiram rapidamente o exemplo russo, iniciando uma "guerra das leis" que paralisou completamente o funcionamento das instituições centrais.

Em agosto de 1991, ocorreu o golpe conservador liderado pelo Comitê Estatal para o Estado de Emergência, que representou a última tentativa desesperada da fração tradicional da burocracia para deter o processo de desintegração. No entanto, conforme previsto pela análise marxista, essa fração conservadora carecia de qualquer projeto político alternativo viável, limitando-se a defender um status quo já completamente desacreditado. A facilidade com que o golpe foi derrotado demonstrou que as estruturas soviéticas haviam perdido completamente sua base social de sustentação (Documentos do Comitê Estatal para o Estado de Emergência, 1991).

A resistência popular ao golpe, embora apresentada pela propaganda ocidental como "vitória da democracia", expressou fundamentalmente a rejeição aos métodos repressivos do passado sem implicar necessariamente apoio ao programa capitalista de Yeltsin. No entanto, a ausência de uma alternativa socialista genuína, resultado de décadas de burocratização que haviam eliminado as tradições de auto-organização operária, deixou o campo livre para a consolidação da restauração burguesa (Bonnell, 1994).

5.3 O colapso final e a liquidação da URSS (dezembro de 1991)

O período entre o golpe de agosto e a dissolução formal da URSS em dezembro de 1991 caracterizou-se pela aceleração terminal de todos os processos de desintegração que vinham se desenvolvendo durante os anos anteriores. A derrota do golpe eliminou os últimos empecilhos institucionais à restauração capitalista, permitindo que as forças burguesas em formação tomassem o controle aberto do processo de transição.

Em agosto de 1991, Yeltsin decreta a suspensão das atividades do PCUS, essa suspensão representou não apenas o fim do partido governante, mas a destruição das últimas estruturas organizacionais que mantinham alguma coesão no aparelho estatal soviético. O confisco dos bens partidários e sua transferência para as administrações republicanas constituiu uma operação massiva de apropriação privada de recursos que haviam sido acumulados durante décadas pelo trabalho social.

A criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) em 8 de dezembro de 1991, através dos Acordos de Belavezha entre Yeltsin, Kravchuk (Ucrânia) e Shushkevich (Bielorrússia), representou o ato jurídico final de dissolução da URSS. Essa dissolução não resultou de pressões populares para a independência nacional, mas constituiu uma operação político-burocrática destinada a eliminar os últimos obstáculos legais à privatização massiva dos recursos soviéticos (Acordos de Belavezha sobre a Criação da Comunidade dos Estados Independentes, 1991).

A renúncia de Gorbachov em 25 de dezembro de 1991 simbolizou o fim de uma era, mas sua significação histórica deve ser compreendida dialeticamente: Gorbachov não fracassou em seus objetivos, pelo contrário, teve êxito excessivo. Sua missão histórica de preparar as condições para a transformação da burocracia soviética em classe capitalista foi cumprida completamente, tornando sua própria pessoa política obsoleta.

Quando as prerrogativas presidenciais soviéticas foram transferidas para Yeltsin representou mais do que uma mudança de liderança: significou a passagem definitiva do poder das mãos da fração "reformista" da burocracia para as da nova burguesia emergente. Yeltsin, que havia começado sua carreira como tradicional agente do aparato estatal, completou sua transformação em representante político dos interesses capitalistas emergentes.

A rapidez com que as estruturas soviéticas se desintegraram após agosto de 1991 demonstrou que já não possuíam qualquer base social real de sustentação. O Estado soviético havia se tornado uma casca vazia, mantida artificialmente por inércia institucional, mas privada de qualquer legitimidade ou funcionalidade efetiva. Arantes Jr. é incisivo ao destacar a rapidez da transição final do sistema, argumentando que: “a existência de uma elite versada no controle absoluto dos instrumentos políticos e da organização econômica permitiu a transição rápida do regime neoestalinista para o campo liberal” (Arantes Jr., 2015, 407). Seu colapso não foi uma catástrofe inesperada, mas a conclusão lógica de contradições que vinham se acumulando durante décadas (Kotkin, 2001).

5.4 A caracterização marxista do processo: contrarrevolução burguesa

A análise marxista do período 1989-1991 deve caracterizar precisamente a natureza de classe das mudanças ocorridas, diferenciando claramente entre processos genuinamente revolucionários e movimentos contrarrevolucionários que se apresentam sob roupagens progressistas. O colapso da URSS não constituiu uma "revolução democrática" como alegado pela propaganda ocidental, mas sim uma contrarrevolução burguesa, que liquidou definitivamente as conquistas sociais da Revolução de Outubro.

Marx (1852) havia demonstrado em "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte" que as contrarrevoluções burguesas frequentemente se apresentam sob máscaras progressistas, utilizando a retórica democrática para ocultar seus objetivos de classe reais. A experiência soviética de 1989-1991 confirma magistralmente esta análise: a restauração capitalista foi apresentada como "democratização", a liquidação da propriedade social como "modernização", e a subordinação aos interesses imperialistas como "integração ao mundo civilizado".

O conceito gramsciano de "revolução passiva" oferece instrumentos teóricos adicionais para compreender este processo. Gramsci utilizou este termo para descrever transformações sociais promovidas "do alto", pelas próprias classes dominantes, que modificam as estruturas econômicas preservando o controle político fundamental. A restauração capitalista soviética seguiu precisamente este padrão: foi promovida pela própria burocracia dominante como forma de resolver suas contradições internas sem perder o controle sobre o processo.

A ausência de resistência operária organizada ao processo restauracionista não deve ser interpretada como "apoio popular" ao capitalismo, mas como resultado da destruição sistemática, durante décadas de dominação burocrática, das tradições de auto-organização e luta independente da classe trabalhadora. Lenin (1917) havia alertado que a burocracia representa um perigo mortal para a consciência revolucionária dos trabalhadores, previsão que se confirmou tragicamente na passividade com que a classe operária soviética assistiu à liquidação de suas conquistas históricas.

A rapidez da restauração capitalista demonstrou que as estruturas "socialistas" soviéticas haviam se tornado meras formas vazias, desprovidas de conteúdo social genuíno. Um sistema baseado efetivamente na propriedade social dos trabalhadores teria gerado resistências muito maiores à sua liquidação. A facilidade da transição revelou que a URSS havia deixado de ser um Estado operário em qualquer sentido substantivo muito antes de seu colapso formal.

5.5 Síntese: a confirmação das previsões trotskistas

O período analisado nesta seção confirma de forma extraordinariamente precisa as previsões que Trotsky havia formulado em "A Revolução Traída" sobre o destino da burocracia soviética. A alternativa histórica que Trotsky havia identificado, uma revolução política operária ou a restauração capitalista, foi resolvida pela segunda opção, validando a superioridade da análise marxista ortodoxa sobre todas as teorias burguesas de "transição democrática".

A transformação da burocracia soviética em nova classe capitalista não ocorreu através de uma ruptura súbita, mas mediante um processo gradual que se estendeu ao longo de mais de uma década, desde as reformas iniciais de Gorbachov até a consolidação do regime de Yeltsin.

A experiência soviética oferece lições fundamentais para os movimentos revolucionários contemporâneos. A principal lição é que a conquista do poder político pela classe trabalhadora constitui apenas o primeiro passo da revolução socialista: sua consolidação exige a manutenção permanente do controle democrático dos trabalhadores sobre o aparelho estatal, impedindo sua cristalização em burocracia. A negligência dessa exigência fundamental conduziu à restauração capitalista na URSS e representa uma ameaça permanente para qualquer Estado operário (Mandel, 1992).

O colapso soviético não representa, portanto, uma "falência do socialismo" como alegam os ideólogos burgueses, mas sim a confirmação da necessidade de um socialismo genuinamente democrático, baseado no autogoverno dos produtores. A URSS de 1991 estava tão distante do socialismo marxista quanto a França de Napoleão III estava da democracia republicana: em ambos os casos, formas políticas progressistas foram esvaziadas de conteúdo social pelos interesses de classes dominantes parasitárias.

A restauração capitalista na URSS marca o fim de uma época histórica iniciada com a Revolução de Outubro de 1917, mas não invalida os objetivos socialistas que inspiraram aquela revolução. Pelo contrário, a degeneração e colapso da experiência soviética reafirmam a necessidade de retomar a luta pelo socialismo internacional, aplicando as lições históricas extraídas desta experiência fundamental da luta de classes mundial.

6. ANÁLISE MARXISTA: REFORMAS E RESTAURAÇÃO CAPITALISTA

Nesta seção serão analisadas as tentativas de modernização conservadora, a transformação da burocracia em burguesia e a exclusão das massas do protagonismo histórico.

Também se discutem as contradições dialéticas do período e a vitória final da restauração capitalista.

6.1 As Reformas como Revolução Passiva

A análise materialista-histórica das transformações soviéticas durante o período 1985-1991 exige a aplicação rigorosa das categorias gramscianas de "revolução passiva" e "transformismo" para compreender adequadamente a natureza de classe do processo gorbatchoviano. Antonio Gramsci (2002), desenvolvendo insights originais de Marx sobre o bonapartismo, demonstrou que as classes dominantes podem promover mudanças sociais profundas "pelo alto", preservando seu controle fundamental sobre o processo através da cooptação e neutralização das forças potencialmente revolucionárias.

6.1.1 Tentativa de Modernização Conservadora

As reformas gorbatchovianas constituíram uma tentativa clássica de modernização conservadora, através da qual a burocracia soviética buscou resolver suas contradições estruturais sem perder o controle político sobre o processo de transformação. Essa modalidade de mudança social, analisada magistralmente por Barrington Moore Jr. (1983) em "As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia", caracteriza-se pela promoção de mudanças econômicas e tecnológicas necessárias ao desenvolvimento das forças produtivas, combinada com a manutenção ou reconfiguração das estruturas de dominação de classe.

A Perestroika não representou, portanto, uma ruptura com a lógica da dominação burocrática, mas sua adaptação às novas condições históricas criadas pela crise do socialismo tardio. A fração modernizadora da burocracia, liderada por Gorbatchov, percebeu de forma correta que a preservação de seus privilégios exigia uma transformação qualitativa do sistema: a passagem da apropriação coletiva burocrática dos meios de produção para sua apropriação privada individual, cristalizando definitivamente a dominação de classe através da propriedade capitalista.

Esse processo seguiu uma lógica interna determinada pelas contradições fundamentais identificadas por Trotsky em "A Revolução Traída". A burocracia soviética não podia modernizar o sistema sem destruí-lo, pois qualquer democratização efetiva ameaçaria seus privilégios, enquanto qualquer modernização econômica exigia a introdução de relações de mercado incompatíveis com a planificação burocrática. A única solução consistente era a transformação da própria burocracia em classe capitalista através da restauração da propriedade privada (Trotsky, 1936).

6.1.2 Transformismo da Burocracia em Burguesia

O conceito gramsciano de transformismo oferece a chave teórica fundamental para compreender como a burocracia soviética conseguiu reinventar-se como classe capitalista apresentando essa metamorfose como "democratização" e "modernização" socialista. Gramsci (2002) utilizou este conceito para analisar como as classes dominantes neutralizam as forças revolucionárias através de sua cooptação e integração ao bloco hegemônico existente.

No caso soviético, o transformismo operou paralelamente em múltiplos níveis: ideológico (apresentação da restauração como "aperfeiçoamento do socialismo"), político (utilização das estruturas partidárias e estatais para promover a transição capitalista), econômico (criação de mecanismos legais para a acumulação privada) e social (cooptação dos intelectuais através da promessa de ascensão social numa sociedade liberalizada).

A sagacidade tática da operação gorbatchoviana residiu na capacidade de utilizar as próprias contradições do sistema para acelerar sua transformação. A Glasnost trouxe a deslegitimação ideológica do socialismo; a Perestroika criou as estruturas econômicas da transição; a democratização política neutralizou as resistências conservadoras e a nova política externa facilitou a integração ao sistema capitalista mundial. Cada elemento do programa reformista cumpriu uma função específica no plano global de transformação controlada.

A emergência da nova burguesia russa não resultou, portanto, de processos econômicos "espontâneos" ou da "liberação" de forças de mercado represadas, mas da política deliberada de uma fração da própria classe dominante que utilizou o poder estatal para criar as condições de sua metamorfose histórica. Os futuros oligarcas como Berezovsky, Khodorkovsky e Abramovich não eram empresários que conquistaram o poder, mas burocratas que se transformaram em capitalistas através do controle do processo de privatização (Hoffman, 2002).

6.1.3 Ausência de protagonismo popular efetivo

Uma característica fundamental das revoluções passivas, conforme analisadas por Gramsci (2002), é a exclusão sistemática das massas populares do protagonismo efetivo das transformações sociais. As mudanças são promovidas "pelo alto", pelas próprias elites dominantes, que manipulam o descontentamento popular para legitimar transformações que servem fundamentalmente aos seus próprios interesses de classe.

A experiência soviética confirma magistralmente essa análise. Embora as reformas tenham sido mostradas como resposta às demandas populares por democratização e melhoria

das condições de vida, o povo soviético não teve qualquer controle efetivo sobre o processo de transformação. As eleições "democráticas" ofereciam apenas alternativas pré-selecionadas pelas elites reformistas, os debates públicos desenvolviam-se dentro de parâmetros ideológicos já definidos pela intelligentsia pró-ocidental e as principais decisões eram tomadas nos gabinetes burocráticos sem consulta ou participação real da população.

A classe trabalhadora soviética, que deveria ter sido o sujeito histórico de qualquer transformação genuinamente socialista, foi de forma sistemática marginalizada do processo.

Suas manifestações de descontentamento, como as greves dos mineiros de 1989, foram rapidamente cooptadas e canalizadas no sentido pró-capitalista pelos líderes "democráticos". A ausência de organizações operárias independentes, sindicatos autônomos, partidos operários, conselhos de fábrica, resultado de décadas de burocratização, deixou os trabalhadores vulneráveis à manipulação demagógica.

6.2 Contradições dialéticas do processo

Neste subtópico, discutiremos a disputa entre tendências socialistas e capitalistas e a correlação de forças que favoreceu o processo de restauração capitalista. Observaremos que a vitória capitalista resultou não de inevitabilidade histórica, mas da ação consciente da burocracia em transformação.

6.2.1 Reformas como negação da negação

A análise dialética das reformas gorbatchovianas deve situá-las no movimento histórico mais amplo da experiência socialista soviética, aplicando a lei hegeliana da "negação da negação" que Marx incorporou ao materialismo histórico. A Revolução de Outubro de 1917 constituiu a negação histórica do capitalismo russo, a burocratização stalinista representou a negação desta negação, preservando formas socialistas esvaziadas de conteúdo democrático e as reformas gorbatchovianas completaram o ciclo dialético através da negação da negação da negação, retornando ao capitalismo numa forma aparentemente superior (Hegel, 2011).

Esse movimento dialético não seguiu uma lógica teleológica predeterminada, mas resultou das contradições concretas que se desenvolveram em cada fase histórica. A burocratização não era inevitável após 1917, mas decorreu de condições específicas (isolamento internacional, atraso econômico, destruição da vanguarda operária na guerra civil) que criou um desequilíbrio temporário entre classes. De forma similar, a restauração capitalista não era predeterminada após Stalin, mas resultou da falta de capacidade da burocracia de resolver suas contradições internas através de reformas democráticas genuínas.

O caráter contraditório das reformas gorbatchovianas refletia precisamente a posição dialética: elas negavam o sistema stalinista sem retornar ao socialismo leninista original, criando uma síntese instável que só podia resolver-se através da negação completa da experiência socialista. A impossibilidade de estabelecer uma forma intermediária entre socialismo e capitalismo confirmou as previsões marxistas sobre a natureza contraditória dos modos de produção.

6.2.2 Luta entre tendências socialistas e capitalistas

Durante todo o período das reformas, manifestou-se uma luta objetiva entre tendências socialistas e capitalistas no seio da sociedade soviética, embora essa luta tenha assumido formas mistificadas por conta da ausência de organizações políticas que expressassem conscientemente os interesses de classe em conflito. Lenin (1979) havia analisado situação similar durante a NEP, demonstrando que a coexistência entre elementos socialistas e capitalistas numa mesma economia gera necessariamente uma luta pela hegemonia que só pode resolver-se com a vitória de um dos princípios organizacionais.

As tendências socialistas passaram a se manifestar primordialmente através da resistência operária às consequências sociais das reformas: forte oposição às demissões, defesa dos serviços sociais universais, rejeição à diferenciação social crescente. Essa resistência, embora fragmentada e desprovida de liderança política consciente, expressava objetivamente os interesses históricos da classe trabalhadora na preservação e aprofundamento das conquistas socialistas.

As tendências capitalistas, por sua vez, passaram a se articular através da aliança entre a fração modernizadora da burocracia, os "novos empresários" emergentes e setores de intelectuais seduzidos pelo modelo ocidental. Essa aliança continha recursos políticos, econômicos e ideológicos muito superiores aos da resistência operária, utilizando o domínio do aparelho estatal e dos meios de comunicação para impor sua hegemonia.

A vitória das tendências capitalistas não resultou da superioridade intrínseca do mercado sobre a planificação, como alegam os ideólogos liberais, mas da correlação de forças políticas que se havia estabelecido após décadas de burocratização. A classe trabalhadora soviética enfrentava as forças da restauração em condições de extrema desvantagem: sem organizações independentes, sem tradições de luta autônoma, e sob bombardeio ideológico sistemático que apresentava as ideias que fossem resistência às reformas como "conservadorismo" e "atraso" (Filtzer, 1994).

6.2.3 Vitória da restauração capitalista

A consolidação da restauração capitalista entre 1989 e 1991 não foi um desígnio inevitável da história, e sim o resultado de uma luta política decisiva. Nesse conflito, uma coalisão de forças composta por uma nova burguesia em formação, intelectuais liberalizantes e frações da burocracia estatal em processo de conversão em classe proprietária conseguiu superar e desarticular as formas de resistência organizadas pelas correntes socialistas. A natureza específica dessa vitória confere ao caso soviético um caráter ímpar, diferenciando-o tanto das restaurações históricas, como a da monarquia francesa no século XIX, quanto dos processos de transição capitalista ocorridos noutros contextos.

Em primeiro lugar, a restauração soviética foi promovida pela própria classe dominante do sistema anterior, que se metamorfoseou de burocracia em burguesia através do controle do processo de transição. Essa peculiaridade explica tanto a relativa ausência de resistência quanto a rapidez com que as estruturas soviéticas foram desmanteladas: a restauração não enfrentou uma classe dominante hostil, mas foi promovida por ela.

Em segundo lugar, a restauração apresentou-se sob roupagens democráticas e progressistas, utilizando a retórica dos direitos humanos e da modernização para legitimar a liquidação das conquistas sociais soviéticas. Essa mistificação ideológica foi facilitada pela própria degeneração burocrática do sistema, que havia desacreditado o socialismo aos olhos de amplos setores da população.

Em terceiro lugar, a restauração beneficiou-se do contexto internacional favorável criado pela ofensiva imperialista dos anos 1980, que oferecia modelos alternativos atraentes (consumismo ocidental, liberdades formais) enquanto exercia pressões econômicas e militares que agravavam as contradições internas soviéticas.

A análise marxista deve reconhecer que essa vitória da restauração capitalista constituiu uma derrota histórica temporária das forças socialistas, mas não invalida os objetivos estratégicos do socialismo internacional. Como observou Marx após a derrota da Comuna de Paris, os reveses temporários da luta de classes oferecem lições preciosas que fortalecem o movimento revolucionário futuro.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste tópico são apresentadas as considerações finais da pesquisa, com uma síntese da análise histórica sobre a crise soviética e o papel das reformas gorbatchovianas. Em seguida, discutem-se as lições deixadas pela experiência, destacando os limites das reformas conduzidas pela burocracia, a importância da participação popular nas transformações sociais e as reflexões sobre os caminhos da transição socialista no século XXI.

7.1 Síntese da análise histórica

Aqui, apresentaremos uma síntese da análise histórica realizada, a fim de confirmar a hipótese central do trabalho, discutindo o papel das reformas gorbatchovianas como catalisadores da crise terminal da URSS.

7.1.1 *Confirmação da hipótese central*

A pesquisa realizada confirma integralmente a hipótese central que orientou este trabalho: as reformas gorbatchovianas da Perestroika e Glasnost representaram não uma tentativa de renovação socialista, mas sim o mecanismo através do qual a burocracia soviética operou sua transformação em nova classe capitalista, completando o processo de restauração burguesa na URSS. Essa confirmação valida empiricamente as previsões teóricas de Leon Trotsky em "A Revolução Traída" sobre o destino inevitável dos Estados operários burocraticamente degenerados.

A análise detalhada do período 1985-1991 demonstrou que as reformas seguiram uma lógica interna coerente, determinada pelas contradições fundamentais da dominação burocrática. Longe de constituírem tentativas contraditórias ou hesitantes de "aperfeiçoamento socialista", as medidas gorbatchovianas responderam às necessidades históricas de uma classe dominante que buscava resolver suas contradições estruturais através da metamorfose em classe capitalista. Cada elemento do programa reformista: a descentralização econômica, a liberalização política e a abertura externa cumpriu uma função específica nessa estratégia global de transição controlada.

A Perestroika criou as condições econômicas da restauração através da introdução gradual de mecanismos de mercado que minaram sistematicamente a planificação central, a Glasnost preparou as condições ideológicas através da deslegitimação sistemática do socialismo e da promoção dos valores liberais ocidentais, a democratização política neutralizou as resistências burocráticas conservadoras através da cooptação de forças sociais interessadas

na mudança e a nova política externa facilitou a integração ao sistema capitalista mundial através de concessões unilaterais ao imperialismo.

A precisão com que esses processos confirmaram as previsões trotskistas sobre a alternativa histórica enfrentada pela burocracia soviética, uma revolução política operária ou a restauração capitalista, demonstra a superioridade da análise marxista ortodoxa sobre todas as teorias burguesas de "transição democrática". A experiência soviética não constituiu uma "democratização" do socialismo, mas sua liquidação completa através de uma contrarrevolução burguesa apresentada sob roupagens progressistas.

7.1.2 Reformas como catalisadores da crise terminal

A análise materialista-histórica demonstrou que as reformas gorbatchovianas não constituíram a causa da crise terminal do sistema soviético, mas sim seu catalisador político. As contradições fundamentais que conduziram ao colapso haviam se acumulado durante décadas de dominação burocrática, manifestando-se através da paralisação econômica, do atraso tecnológico relativo, da crise ideológica e da diferenciação social crescente. As reformas aceleraram e politizaram estas contradições, precipitando uma resolução que de outro modo poderia ter se prolongado por mais tempo.

Essa distinção é fundamental para uma compreensão científica do processo histórico. As interpretações liberais, que apresentam as reformas como causa da "libertação" soviética, ocultam o fato de que o sistema burocratizado já havia esgotado suas possibilidades de desenvolvimento antes de 1985. Similarmente, as interpretações conservadoras, que culpam Gorbatchov pela "destruição" de um sistema supostamente viável, ignoram que as contradições estruturais tornavam inevitável alguma forma de transformação radical.

A função histórica das reformas foi concentrar a crise inevitável numa direção específica, a restauração capitalista, impedindo que ela se resolvesse através de uma revolução política genuína dos trabalhadores. Nesse sentido, as reformas cumpriram uma missão contrarrevolucionária preventiva, antecipando e neutralizando as possibilidades revolucionárias que a crise do sistema poderia ter gerado em outras circunstâncias.

7.1.3 Papel determinante das contradições internas

Conforme estabelecido metodologicamente nesta pesquisa, a análise marxista privilegia as contradições internas como fator determinante dos processos históricos, situando as pressões externas como elemento secundário que pode acelerar ou retardar desenvolvimentos já

determinados pelas leis objetivas da luta de classes. A experiência soviética confirma magistralmente essa abordagem teórica.

As pressões exercidas pelo imperialismo ocidental durante a Guerra Fria, como a corrida armamentista, o bloqueio tecnológico e a guerra ideológica, certamente agravaram as dificuldades do sistema soviético, mas só puderam ser eficazes devido a existência de contradições internas fundamentais. Um sistema socialista baseado no entusiasmo democrático dos trabalhadores e na racionalidade da planificação participativa teria sido capaz de mobilizar recursos suficientes para enfrentar essas pressões sem comprometer seu desenvolvimento interno.

A vulnerabilidade soviética às pressões externas revelava, portanto, as limitações estruturais da dominação burocrática. A ausência de controle democrático dos produtores sobre o processo produtivo impedia a mobilização consciente das energias sociais necessárias para responder aos desafios externos, a burocratização da planificação gerava desperdícios que limitavam a capacidade de competição econômica e a degeneração ideológica minava a motivação dos trabalhadores para defender um sistema que não reconheciam como seu.

Essa análise oferece lições fundamentais para os processos revolucionários contemporâneos. O exemplo soviético demonstra que a conquista do poder político pela classe trabalhadora constitui apenas o primeiro passo da revolução socialista: sua consolidação exige a manutenção permanente do controle democrático dos produtores sobre o aparelho estatal, impedindo sua solidificação em burocracia. A negligência dessa exigência fundamental representa uma ameaça mortal para qualquer Estado operário.

7.2 Lições históricas

Neste subtópico, apresentaremos as principais lições da experiência soviética, destacando os limites das reformas conduzidas pela burocracia, a importância da participação popular nas transformações sociais e as reflexões necessárias sobre os caminhos da transição socialista no século XXI.

7.2.1 Limites das reformas "pelo alto"

A experiência das reformas gorbatchovianas oferece uma demonstração clássica dos limites estruturais das transformações sociais promovidas "pelo alto", pelas próprias classes dominantes, sem participação efetiva das massas trabalhadoras. Conforme estabelecido pela

tradição marxista desde Marx e Engels, as transformações sociais genuínas exigem o protagonismo consciente das classes exploradas, únicas interessadas objetivamente na superação completa das relações de exploração.

As reformas soviéticas fracassaram em seus objetivos declarados – democratização do socialismo, modernização econômica, melhoria das condições de vida – precisamente porque foram concebidas e implementadas como operação de cúpula destinada a preservar os privilégios da classe dominante. A burocracia não podia democratizar o sistema sem destruir os fundamentos de seu próprio poder, não podia modernizar a economia sem introduzir relações de mercado incompatíveis com seus métodos de controle e não podia melhorar genuinamente as condições de vida sem redistribuir riqueza e poder em benefício dos trabalhadores.

Tal contradição fundamental explica o caráter mistificador das reformas, que se apresentavam como "aperfeiçoamento do socialismo" enquanto criavam sistematicamente as condições para sua liquidação. A linguagem reformista mascarava objetivos contrarrevolucionários, utilizando a retórica democrática para legitimar a restauração capitalista.

A lição histórica fundamental é que as classes trabalhadoras não devem confiar em reformas promovidas por suas próprias classes dominantes, por mais progressistas que possam parecer de modo superficial. A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores, através de organizações independentes que possam expressar conscientemente seus interesses históricos. Qualquer transformação social genuína exige a participação ativa e o controle democrático das massas exploradas.

7.2.2 Importância da participação popular nas transformações

A marginalização sistemática das massas trabalhadoras do processo de transformação soviético mostra dramaticamente a importância da participação popular consciente em qualquer mudança social progressista. Embora as reformas tenham sido apresentadas como resposta às demandas populares, o povo soviético não teve qualquer controle efetivo sobre sua concepção, implementação ou direcionamento.

Essa exclusão não foi acidental, mas refletiu os interesses de classe dos promotores das reformas, que buscavam modernizar o sistema preservando seu controle fundamental sobre o processo. A participação popular genuína teria exigido a criação de mecanismos de democracia direta como conselhos operários, assembleias populares e referendos vinculantes, que permitissem aos trabalhadores decidirem conscientemente sobre as transformações desejadas.

A falta desses mecanismos deixou o campo livre para a manipulação demagógica exercida pelos líderes burgueses emergentes, que apresentavam a restauração capitalista como única alternativa ao stalinismo burocratizado. A população foi reduzida ao papel de espectadora de transformações que afetavam fundamentalmente suas condições de vida, podendo apenas escolher entre alternativas que eram pré-selecionadas pelas elites dirigentes.

A experiência demonstra que a democracia formal constituída por eleições periódicas, pluralismo partidário e liberdade de imprensa é insuficiente para garantir o controle popular sobre os processos de transformação social. É necessária uma democracia substantiva que inclua o controle operário sobre a produção, a planificação participativa da economia e mecanismos efetivos de revogabilidade dos mandatos políticos. Sem essas garantias, a "democratização" torna-se instrumento de mistificação a serviço de novos exploradores.

7.2.3 Reflexões sobre a transição socialista

A degeneração e o declínio da experiência soviética reafirmam a validade dos princípios fundamentais do socialismo científico, mas exigem uma reflexão crítica sobre os métodos e formas da transição socialista. O fracasso soviético não prova a inviabilidade do socialismo, como alegam os intelectuais burgueses, mas demonstra os perigos da burocratização e a necessidade de formas superiores de democracia operária.

Marx e Engels haviam previsto que a transição socialista seria um processo prolongado e contraditório, sujeito a avanços e recuos determinados pela correlação internacional de forças entre classes. A experiência soviética confirma a previsão, demonstrando que a construção do socialismo num país isolado e economicamente atrasado enfrenta dificuldades extraordinárias que podem conduzir à degeneração burocrática.

No entanto, as condições históricas contemporâneas são muito mais favoráveis ao socialismo do que aquelas enfrentadas pelos bolcheviques após 1917. O capitalismo desenvolveu-se globalmente, criando uma classe trabalhadora mundial com níveis de educação, organização e consciência muito superiores, a tecnologia moderna oferece possibilidades de planificação democrática impensáveis na época de Lenin e a crise ecológica e social do capitalismo tardio demonstra objetivamente a necessidade histórica de formas superiores de organização social.

A principal lição da experiência soviética é que o socialismo do século XXI deve ser radicalmente democrático desde o seu início, baseado no controle direto dos produtores sobre todos os aspectos da vida social. A ditadura do proletariado não pode ser interpretada como

ditadura sobre o proletariado, mas como autogoverno democrático dos trabalhadores organizados conscientemente para a construção de uma sociedade sem classes.

O colapso da URSS marca o fim de uma época histórica, mas não o fim da história. Pelo contrário, ele limpa o terreno para formas superiores de luta socialista, baseadas na assimilação crítica das lições da experiência passada. O socialismo do futuro será superior ao soviético na mesma medida em que este foi superior ao capitalismo, através da ampliação radical da democracia e da participação consciente das massas trabalhadoras na construção de seu próprio destino histórico.

A tarefa dos marxistas contemporâneos é extrair lições históricas e aplicá-las às condições específicas da luta de classes atual, contribuindo para a construção de um movimento socialista internacional capaz de superar definitivamente o capitalismo e realizar os ideais de emancipação humana que inspiraram a Revolução de Outubro.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES Jr, Abelardo. **A passagem do neostalinismo ao capitalismo liberal na União Soviética e na Europa Oriental** / Abelardo Arantes Jr. – Brasília: FUNAG, 2015.

ARCHIVES. **Relatório Confidencial da KGB n. 567/87**. Arquivo Estatal Russo, 1987. 91.

ASLUND, Anders. **Gorbachev's Struggle for Economic Reform: The Soviet Reform Process, 1985-88**. Ithaca: Cornell University Press, 1989.

ASLUND, Anders. **How Russia Became a Market Economy**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 1995.

Atas do Congresso dos Deputados do Povo da URSS. Primeira Sessão, 25 de maio - 9 de junho de 1989. Moscou: Edições do Soviet Supremo da URSS, 1989.

Acordos de Belavezha sobre a Criação da Comunidade dos Estados Independentes. Izvestia, 9 de dezembro de 1991.

BONNELL, Victoria E.; COOPER, Ann; FREIDIN, Gregory (eds.). **Russia at the Barricades: Eyewitness Accounts of the August 1991 Coup**. Armonk: M.E. Sharpe, 1994.

BROWN, Archie. **Seven Years that Changed the World: Perestroika in Perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

CIA. **Handbook of Economic Statistics**, 1988. Washington: Central Intelligence Agency, 1988.

CLIFF, Tony. **State Capitalism in Russia**. London: Pluto Press, 1988.

COHEN, Stephen F. **Rethinking the Soviet Experience: Politics and History Since 1917**. New York: Oxford University Press, 1985.

COHEN, Stephen F. **Soviet Fates and Lost Alternatives: From Stalinism to the New Cold War**. New York: Columbia University Press, 2009.

Dados oficiais do Ministério das Finanças da URSS. Ekonomicheskaya Gazeta, n. 52, dezembro de 1990.

Decreto sobre Cooperativas na URSS. Izvestia, 28 de maio de 1988.

Decreto sobre a Suspensão das Atividades do PCUS no Território da RSFSR. Rossiyskaya Gazeta, 25 de agosto de 1991.

Declaração de Soberania Econômica da República Socialista Soviética da Estônia. Rahva Hääl, 16 de novembro de 1988.

Declaração de Soberania Estatal da RSFSR. Vedomosti Syezda Narodnykh Deputatov RSFSR, n. 2, 1990.

Documentos do Comitê Estatal para o Estado de Emergência. Sovetskaya Rossiya, 19 de agosto de 1991.

DESAI, Padma. **Perestroika in Perspective: The Design and Dilemmas of Soviet Reform**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

DEUTSCHER, Isaac. **A Revolução Inacabada: Rússia 1917-1967**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 [1967].

ENGLISH, Robert D. **Russia and the Idea of the West: Gorbachev, Intellectuals, and the End of the Cold War**. New York: Columbia University Press, 2000.

FILTZER, Donald. **Soviet Workers and the Collapse of Perestroika**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

GEL'MAN, Vladimir. **Authoritarian Russia: Analyzing Post-Soviet Regime Changes**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2015.

GOSKOMSTAT. **Anuário Estatístico da URSS 1990**. Moscou: Finansy i Statistika, 1990.

GORBATCHOV, Mikhail. **Perestroika e Novo Pensamento Para o Nosso País e Para o Mundo**. São Paulo: Best Seller, 1987, p. 78-95.

GORBACHEV, Mijail. **Perestroika**. México, DF: Editorial Diana, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 5: **O Risorgimento**. Notas sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GROSSMAN, Gregory. **The Second Economy of the USSR**. Problems of Communism, v. 26, n. 5, p. 25-40, 1977.

HANSON, Philip. **The Rise and Fall of the Soviet Economy: An Economic History of the USSR 1945-1991**. London: Longman, 2003.

HEGEL, G.W.F. **Ciência da Lógica**. Volume 1. São Paulo: Barcarolla, 2011, p. 381-384.

HEWETT, Ed A. **Reforming the Soviet Economy: Equality versus Efficiency**. Washington: Brookings Institution, 1988.

HOFFMAN, David E. **The Oligarchs: Wealth and Power in the New Russia**. New York: PublicAffairs, 2002.

KOTKIN, Stephen. **Armageddon Averted: The Soviet Collapse, 1970-2000**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

LENIN, Vladimir Ilitch. Testamento (1922-1923). In: _____. **Obras Completas**. Moscou: Progresso, 1977.

LENIN, Vladimir I. Sobre o Imposto em Gêneros. In: **Obras Escolhidas**. Volume 3. Moscou: Progresso, 1979.

LENIN, Vladimir I. **O Direito das Nações à Autodeterminação**. São Paulo: Global, 1979 [1914].

LENIN, Vladimir I. **Últimos Escritos e Diário das Secretárias**. São Paulo: Global, 1980.

LENIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007 [1917].

LENIN, Vladimir I. **O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012 [1916].

LIBERMAN, Evsei. **Plan, Profits and Bonuses**. Moscow: Progress Publishers, 1972, p. 45-67.

LIEVEN, Anatol. **The Baltic Revolution: Estonia, Latvia, Lithuania and the Path to Independence**. New Haven: Yale University Press, 1993.

LIGACHEV, Yegor. **Inside Gorbachev's Kremlin: The Memoirs of Yegor Ligachev**. Nova York: Pantheon Books, 1993.

Lewin, Moshe. **O Século Soviético**. Traduzido por Silvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MANDEL, Ernest. **Power and Money: A Marxist Theory of Bureaucracy**. London: Verso, 1992.

MANDEL, Ernest. **Tratado de Economia Marxista**. México: Era, 1969 [1962]. v.2.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao Marxismo**. Tradução de Mariano Soares. Porto Alegre: Movimento, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007 [1846]; Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010 [1848].

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011 [1852].

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012 [1875].

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. **Livro I: O Processo de Produção do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MOORE JR., Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 228-280.

NAHAYLO, Bohdan; SWOBODA, Victor. **Soviet Disunion: A History of the Nationalities Problem in the USSR**. New York: Free Press, 1990.

NOVE, Alec. **A Economia do Socialismo Possível**. São Paulo: Ática, 1989 [1983], p. 201-225.

SAROTTE, Mary Elise. **1989: The Struggle to Create Post-Cold War Europe**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

SHEVARDNADZE, Eduard. **O Futuro Pertence à Liberdade**. Rio de Janeiro: Record, 1991, p. 67-89. SHEVARDNADZE, Eduard. Op. cit., p. 123-145.

STALIN, Joseph V. **O Marxismo e a Questão Nacional**. São Paulo: Global, 1979 [1913].

Stenograma das Sessões do Congresso dos Deputados do Povo da URSS. Arquivo Estatal da Federação Russa (GARF), maio-junho 1989.

SUNY, Ronald Grigor. **The Revenge of the Past: Nationalism, Revolution, and the Collapse of the Soviet Union**. Stanford: Stanford University Press, 1993.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Traída**. São Paulo: Global, 1980 [1936].

Último Relatório do Gosplan da URSS. Arquivo Estatal da Federação Russa (GARF), dezembro de 1991.

VOSLENSKY, Michael. **A Nomenclatura:** A Classe Dirigente da União Soviética. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 145-167.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War:** Third World Interventions and the Making of Our Times. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

YELTSIN, Boris. **Against the Grain:** An Autobiography. New York: Summit Books, 1990.